



ENVOLVENTE EMPRESARIAL

ANÁLISE DE CONJUNTURA

1º TRIMESTRE 2021
EDIÇÃO ELETRÓNICA



Análise elaborada com dados até 10 de abril e destaques de enquadramento até fim de março. A título excepcional, foi ainda inserida informação posterior relevante.

Índice de Assuntos

FICHA TÉCNICA

Propriedade

CIP - Confederação
Empresarial
de Portugal
Praça das Indústrias
1300-307 LISBOA

Diretor

João Costa Pinto

Edição

CIP - Departamento de
Assuntos Económicos

Coordenação

Pedro Capucho

Redação

Nuno Torres
Lurdes Fonseca
Paulo Caldas

Sede do Editor e da Redação

CIP - Confederação
Empresarial
de Portugal
Praça das Indústrias
1300-307 LISBOA

NIF

500 835 934

Design Gráfico

Mariana Barros

Periodicidade

Trimestral

ISSN

2183-198X

Registo na ERC

117830

É autorizada a
reprodução dos
trabalhos publicados,
desde que citada a
fonte e informada
a direção da revista.

Estatuto Editorial

Disponível [online](#).

EDITORIAL	4
1. ENQUADRAMENTO	6
1.1 Enquadramento internacional	6
1.2 Enquadramento nacional	9
2. ATIVIDADE ECONÓMICA GLOBAL	11
2.1 PIB e outros indicadores de atividade	11
2.2 Projeções macroeconómicas nacionais e internacionais	15
2.3 Constituições, dissoluções e insolvências de empresas	20
3. INTERNACIONALIZAÇÃO	24
3.1 Comércio internacional	24
3.1.1 Comércio internacional de bens	24
3.1.2 Comércio internacional de serviços	30
3.1.3 Balança de bens e serviços	31
3.2 Investimento direto	32
4. FINANCIAMENTO	36
4.1 Taxas de juro	36
4.2 Crédito	38
5. MERCADO DE TRABALHO	40
6. CUSTOS DAS MATÉRIAS-PRIMAS	43
7. CUSTOS DA ENERGIA	44
7.1 Combustíveis	44
8. INFLAÇÃO, CÂMBIOS E COMPETITIVIDADE PELOS CUSTOS	45
8.1 Inflação e câmbios	45
8.2 Competitividade pelos custos laborais	46
9. AJUSTAMENTO DA ECONOMIA PORTUGUESA	47
9.1 Equilíbrio externo	47
9.3 Endividamento	48
9.3 Contas públicas	48

EDITORIAL

Começa a desenhar-se, para os próximos meses, um cenário mais propício à retoma da atividade económica, após o retrocesso registado desde o quarto trimestre do ano passado e agravado em resultado do segundo confinamento.

Entre revisões em alta e em baixa, as mais recentes projeções convergem num crescimento real do PIB da ordem dos 4% em 2021, continuado e intensificado em 2022.

Alguns indicadores constantes desta edição da Envolvente Empresarial – análise de conjuntura dão alguma força a esta visão um pouco mais positiva da evolução da economia: após quatro meses em deterioração, o Indicador de Clima do INE teve, em março, um registo menos desfavorável, refletindo a melhoria na quase totalidade dos indicadores de confiança. O emprego terá voltado a aumentar (ligeiramente) em fevereiro, após as quedas observadas em dezembro e janeiro. Também em fevereiro, as exportações de bens regressaram a uma variação homóloga positiva.

Sendo positivos, estes sinais não são, contudo, de molde a dissipar receios de eventuais novos retrocessos no processo de recuperação económica. De facto, para além da incerteza inerente à evolução da pandemia, existe ainda o risco de, descontinuadas algumas medidas (nomeadamente as moratórias de crédito), a repercussão da crise, nomeadamente no mercado de trabalho, venha a tomar proporções bem mais graves.

Há, pois, que olhar com muita prudência para o ritmo como os apoios transitórios ao emprego e à economia irão ser desmantelados. Há que olhar com determinação e urgência para a necessidade de pôr em prática uma estratégia que, partindo desses apoios de emergência, de carácter temporário, evolua para políticas de estímulo à recuperação, mais focadas no futuro e nas condições necessárias para recolocar as empresas e a economia na rota do crescimento.

É certo que contamos com a janela de oportunidade que “os fundos europeus” representam para reorientar, relançar e modernizar a nossa economia.

É certo, também, que as perspetivas de prolongamento até 2022 da suspensão das regras orçamentais da União Europeia proporcionam uma indispensável margem de manobra orçamental para suportar essa estratégia.

No entanto, a situação criada - suspensão de regras que serão reativadas em moldes que ainda não são conhecidos – não deixa de ser ambígua e problemática para os governos das economias mais frágeis.

Até agora, o Governo português manteve uma orientação muito cautelosa, recorrendo de forma intensa a medidas sem impacto orçamental imediato - caso das moratórias e das garantias. Medidas que apenas adiam e nalguns podem mesmo agravar os efeitos finais da pandemia.



Daí a importância e a urgência de soluções mais estruturais.

Daí a urgência na plena ativação do Banco de Fomento, dotando-o dos meios financeiros e humanos necessários à sua missão: canalizar recursos – nacionais e internacionais - para a modernização do tecido produtivo e apoiar operações de recapitalização, redimensionamento, reorganização e regeneração financeira de empresas – em particular PME – que, embora economicamente viáveis, se encontram ameaçadas, no rescaldo desta crise, por estruturas financeiras frágeis.

João Costa Pinto

1. ENQUADRAMENTO

1.1 Enquadramento internacional

No dia 28/1, a **Presidência Portuguesa da União Europeia** divulgou as suas [prioridades](#) nas comissões do Parlamento Europeu.

No mesmo dia, a Comissão Europeia divulgou, em [comunicado](#), **o prolongamento do Regime Temporário de Ajudas de Estado** na União até final de **2021**, tendo também mais do que duplicado os limites por empresa (diferenciados por setor). De realçar ainda que a possibilidade de **conversão de empréstimos em subvenções não reembolsáveis** por parte dos Estados membros (também sujeita a limites por empresa) passa a poder ser exercida até final de **2022**. A **flexibilidade** das ajudas de Estado poderá ainda **potenciar** a implementação dos **planos de recuperação nacionais**, tendo a Comissão divulgado [diretrizes](#) nesse sentido aos Estados.

No dia 10/2, a Comissão [saudou](#) a votação do **Parlamento Europeu** a confirmar o [acordo político](#) alcançado em dezembro sobre o **Mecanismo de Recuperação e Resiliência**, que é o instrumento na base do **NextGenerationEU** e dos **planos de recuperação nacionais**, tendo em vista a recuperação da economia europeia da crise provocada pela pandemia por Covid-19. No dia 12/2, a Presidente da Comissão Europeia, durante uma [conferência de imprensa conjunta](#) com o Presidente do Parlamento Europeu e o Primeiro Ministro António Costa (Presidência semestral da UE), apelou à rápida **ratificação do acordo pelos Estados Membros** e a uma boa preparação dos **planos de recuperação nacionais**.

No dia 25/2, a Presidência Portuguesa da União Europeia conseguiu apoio de uma larga maioria de países para avançar com a [diretiva de transparência fiscal na União Europeia](#), que visa obrigar as **multinacionais** a publicar informações sobre onde obtêm lucros e pagam impostos.

No dia 24/2, a Comissão Europeia [adotou](#) uma [nova Estratégia da UE para a adaptação às alterações climáticas](#), que já havia sido anunciada anteriormente.

No dia 3/3, a Comissão Europeia decidiu [propor](#) o **prolongamento até 2022 da suspensão das regras orçamentais da UE** (aplicada já a 2020 e 2021) e a sua reativação apenas em 2023, tendo como base avaliações preliminares. A **decisão**, que terá como principal critério a capacidade da economia europeia alcançar o **nível de atividade de 2019**, será decidida em **maio**, quando forem divulgadas as **previsões de Primavera**, com dados mais firmados.

No dia 16/3, na [reunião do Ecofin](#), os ministros da economia e das finanças da UE "*concordaram que **não se deverá retirar o apoio orçamental demasiado cedo**, mas, também, que os Estados-Membros terão de, a seu tempo, adaptar as suas políticas para assegurar a **sustentabilidade orçamental a médio prazo**. A Comissão deverá definir orientações mais pormenorizadas para as políticas orçamentais no seu pacote da primavera do **Semestre Europeu***".



Valdis Dombrovskis, Vice-Presidente da Comissão Europeia, confirmou na conferência de imprensa após o Ecofin que “a comunicação da Comissão Europeia recolheu apoio alargado”, significando que os ministros das Finanças deram um “**apoio amplo**” à recomendação de **manter ativa a cláusula de escape** (suspensão das regras orçamentais) **em 2022**.

No dia 8/3, a **China** anunciou que no seu **plano quinquenal 2021-25**, ao contrário do que é habitual, não irá anunciar uma meta quantitativa de **crescimento económico** para esse horizonte, mas que procurará manter uma dinâmica “razoável” do PIB. Dadas as **incertezas** provocadas pela pandemia, o executivo chinês considera que se torna mais apropriado apresentar **projeções a um ano**, apontando um crescimento acima de 6% em **2021**.

No dia 10/3, o **Congresso dos EUA** deu a [aprovação](#) final a um **pacote de estímulo económico** no valor de 1,9 biliões de dólares, um dos maiores de sempre no país (a somar a outros dois pacotes decididos ainda sob a Presidência de Donald Trump), que constituiu a primeira vitória do recém-eleito **Presidente Joe Biden**. No pacote estão incluídos, nomeadamente, **cheques de 1 400 dólares** para a maioria dos norte-americanos, que começaram a ser distribuídos ainda nesses mês.

No dia 11/3, o **BCE** [manteve](#) as suas **taxas de juro diretoras** em mínimos e deixou também inalterado o montante (1,85 biliões de euros, pelo menos, até março de 2022) do **programa de compra de ativos de emergência pandémica** (PEPP, na sigla inglesa), mas anunciou que irá **acelerar as compras** proximamente, esperando um “*ritmo significativamente mais elevado*” no segundo trimestre, em comparação com o primeiro. Esta decisão visa responder a um **aumento das yields soberanas** (iniciada nos EUA, mas que depois afetou também os países europeus) face à expectativa dos investidores de que a inflação vai subir significativamente com a recuperação da economia e levar à retirada da postura acomodatória. Na [conferência de imprensa](#), a Presidente do BCE, Christine Lagarde, deixou a garantia de que tudo será feito para **evitar um aumento da restritividade das condições de financiamento**, salientando que poderá haver reuniões extraordinárias, se necessário, para ajustar a “bazuca” monetária, mas há flexibilidade suficiente para que o BCE ajuste o que for preciso, sendo que, do pacote de 1,85 biliões de euros de compras, ainda está disponível cerca de um bilião de euros. As **projeções** de especialistas do Eurosystema apontam para um crescimento do **PIB** na Área Euro de 4,0% em 2021, 4,1% em 2022 e 2,1% em 2023, praticamente inalteradas face ao exercício de dezembro. As previsões de **inflação** na Área Euro foram revistas em alta para 2021 (1,5%) e 2022 (1,2%), devido sobretudo a fatores temporários e aumento dos preços da energia, mas sem alteração em 2023 (1,4%).

No dia 17/3, o Conselho da UE [adotou](#) o novo programa de investimento **InvestEU**, o sucessor do Plano Juncker, que terá um papel importante, através do BEI, no apoio à recuperação económica em alinhamento com a prioridade europeia das transições verde e digital. Há quatro janelas previstas: infraestrutura sustentável (37,8% do orçamento); I&D e digitalização (25,1%); facilitar o acesso ao financiamento das PMEs (26,4%); e Investimento social e competências (10,6%). Pelo menos 30% dos investimentos deverão suportar a transição verde.



Também no dia 17/3, a **Reserva Federal** [manteve](#) os principais referenciais de política monetária inalterados (taxa de juro diretora e programa de compra de ativos), mas assegurou que manterá uma **política expansionista** até conseguir alcançar o seu **duplo objetivo** de máximo emprego com inflação de 2% no longo prazo, o que passa por ter a **inflação "moderadamente" acima de 2% durante algum tempo** até que as **expectativas de inflação de longo prazo** estejam ancoradas em 2%, o que não acontece atualmente. Trata-se, assim, de uma **mudança subtil de abordagem mais focada nas expectativas de inflação** do que nos valores observados. De resto, as expectativas dos Membros do Conselho de Política Monetária apontam, na sua larga maioria, para que a principal taxa de juro diretora (**Fed Funds rate**) se mantenha num nível mínimo, **próximo de zero**, ainda **em 2023**. A Fed procurou, assim, assegurar que os estímulos não serão retirados prematuramente e travar a rápida subida da *yield* a 10 anos do Tesouro norte-americano. As **novas projeções** da Fed reviram substancialmente em alta o crescimento do **PIB em 2021**, para 6,5% no **quarto trimestre** em termos homólogos (face a 4,2% na projeção de dezembro), o que é um nível historicamente elevado, tendo indicador análogo para a **inflação** passado de 1,8% para 2,4%.

Ni dia 22/3, o Presidente da Reserva Federal, Jerome Powell, [afirmou](#) que o Banco Central não avançará com uma **moeda digital** sem a aprovação do Congresso, sendo que a **investigação atual** está focada na **avaliação dos riscos e benefícios** e não na criação de um protótipo.

No dia 31/3, o Presidente dos EUA, Joe Biden, anunciou um **plano de investimento em infraestruturas** de cerca de 2 biliões de dólares para renovar e modernizar as infraestruturas dos EUA nos próximos **oito anos**, incluindo **projetos mais tradicionais**, como estradas e pontes, mas também **investimento ligados à transição climática** (como estações de carregamento de veículos elétricos e modernização da rede elétrica) e **digital** (investimento em internet de banda larga). Esses projetos serão financiados através da **subida dos impostos sobre as empresas** (subindo a taxa de 21% para 28%, revertendo a decisão dos republicanos de 2017, e dificultando o uso de offshores).

Ficou ainda prometido um **pacote adicional de investimento em cuidados infantis e créditos fiscais para famílias**, nomeadamente, que será financiado através de aumento de **impostos sobre os indivíduos e famílias mais ricas**. Biden anunciou que irá procurar estabelecer consensos com o **Partido Republicano** – que manifestou imediatamente oposição ao expressivo aumento de despesa e de impostos – para conseguir aprovar no Congresso o que classificou como o "**investimento de uma geração na América**", prometendo resultados à escala de programas como o "*New Deal*" de Roosevelt.

1.2 Enquadramento nacional

No dia 13/1, o Governo decidiu, em [Conselho de Ministros](#), um **segundo confinamento geral**, que foi reforçado posteriormente, no [Conselho de Ministros de 21/1](#), com a **suspensão das atividades letivas** nos vários graus de ensino.

No dia 14/1, o [Conselho de Ministros](#) aprovou a criação de **medidas extraordinárias de apoio** a trabalhadores e à atividade económica, aos contribuintes, ao setor da cultura, aos consumidores e ao comércio, no contexto do estado de emergência.

No dia 4/2, Marcelo Rebelo de Sousa foi proclamado oficialmente como **Presidente da República** pelo Tribunal Constitucional, na sequência das eleições de 24/1, dando assim início a um **segundo mandato** de quatro anos. A tomada de posse decorreu no dia 9/4.

No dia 5/3, o [Conselho de Ministros](#) aprovou uma proposta de lei que elimina o **veto autárquico** na construção de um novo aeroporto face ao “*superior interesse nacional*”. A medida surge após o anúncio do Governo, no dia 2/3, de avançar com um processo de **Avaliação Ambiental Estratégica** para o **novo aeroporto internacional de Lisboa** com **três opções** (Montijo como aeroporto principal complementado pelo atual aeroporto da Portela, a situação inversa ou a opção Alcochete), na sequência da decisão da **Autoridade Nacional da Aviação Civil** (ANAC) de não proceder à apreciação prévia da viabilidade da construção do Aeroporto Complementar no Montijo em face da existência de **pareceres desfavoráveis de municípios** afetados.

No dia 11/3, em face da melhoria dos indicadores epidemiológicos nacionais e de capacidade disponível do SNS, o [Conselho de Ministros](#) aprovou a “**estratégia gradual de levantamento de medidas de confinamento no âmbito do combate à pandemia da doença Covid-19 com quatro fases, com um período de 15 dias entre cada uma para que sejam avaliados os impactos das medidas na evolução da pandemia, bem como os níveis de incidência e crescimento**”. O Primeiro Ministro [enfatizou](#) a **cautela** na reabertura para manter a pandemia controlada, com a adoção de **critérios de risco mais apertados** (tendo como referência um número de novos casos por 100 mil habitantes de 120 um risco de transmissibilidade de 1), que mais tarde foram transpostos para uma **matriz de risco**. A **estratégia de desconfinamento**, aprovada pela [Resolução de Conselho de Ministros nº 50/2021 de 13/3](#), tem em conta, além desses dois indicadores de risco, a existência de **capacidade de resposta assistencial do SNS**.

No dia 12/3, o Governo anunciou um [Reforço dos apoios à economia e ao emprego](#).

No dia 30/3, o **Governador do Banco de Portugal**, Mário Centeno, afirmou perante uma comissão parlamentar que “**estender indiscriminadamente**” as **moratórias do crédito** à margem das **regras europeias** (da Autoridade Bancária Europeia) teria “**um efeito ricochete indesejável**” nos **bancos** e também nas **famílias e empresas**, não querendo que a economia seja apanhada numa “**armadilha**” em que os clientes bancários vejam os seus **créditos marcados como** estando **em reestruturação** e que isso impeça o **acesso a crédito** no futuro.

O [Global Financial Stability Report](#) de abril do **FMI** destaca Portugal como um dos países com maior **peso de créditos com suporte de moratórias** (além de garantias de Estado).

No dia 14/4 foi divulgado o [relatório anual Going for Growth para Portugal](#) da OCDE, onde é referido que "a baixa **produtividade** de Portugal penaliza a convergência face aos países com melhor desempenho da OCDE" (já em 2019, antes da pandemia por Covid-19, a nossa produtividade era 37% inferior) e deve ser contrariada com um conjunto de **reformas e medidas**, sendo apresentadas várias **propostas**.

No dia 15/4, o [Conselho de Ministros](#) aprovou a **3ª fase da estratégia de desconfinamento**, a partir de 19/4, aplicável à grande maioria do território continental, com exceção de 4 concelhos com maior risco que recuam para o nível de confinamento anterior, e de 6 concelhos que não avançam nem retrocedem. Contudo, a retoma do ensino presencial para os alunos do **ensino secundário** e do ensino **superior** avança em todo o território continental, independentemente do nível de risco de cada concelho.

No dia 16/4, o Ministro do Planeamento e o Primeiro Ministro António Costa [apresentaram](#) a [versão final do Plano de Recuperação e Resiliência](#) (PRR) que será entregue à Comissão Europeia. Na apresentação foram referidos alguns **ajustamentos de verbas**, com realce, ao nível dos **empréstimos**, para o reforço da área de **Capitalização de empresas e resiliência financeira/Banco de Fomento** (dentro de C5 - Capitalização e Inovação Empresarial) em 300 M€, para 1550 M€, mas com o **compromisso já inscrito** de se solicitar utilização de **verba adicional** de 2,3 mil M€ para essa componente e para as Agendas/Alianças Mobilizadoras para a Reindustrialização (que, para já, só têm uma componente de subvenção) **caso haja procura** que o justifique. Ao nível das **subvenções**, as principais novidades foram a alocação de verbas à **Cultura - C4** (243 M€) e ao **Mar - C10** (252 M€). Foi ainda adicionado um novo nível de **Auditoria e Controlo no Modelo de Governação**.

Ainda a respeito do PRR e do seu modelo de Governação, de salientar que no dia 3/3, a Ministra da Administração Pública prometeu o arranque do **Portal da Transparência** ainda em abril. Segundo a Ministra, "o portal vai ter vários separadores: um para os **fundos comunitários**, em especial para o **PRR**, e outros separados para **execução orçamental e dados pessoais**. É um **work in progress** que vai começar com os fundos comunitários".

2. ATIVIDADE ECONÓMICA GLOBAL

2.1 PIB e outros indicadores de atividade

Quadro 2.1.1: PIB e componentes de despesa

	2019	2020	1T 20	2T 20	3T 20	4T 20
PIB						
Tvcr (%)	2,5	-7,6	-4,0	-13,9	13,3	0,2
Tvhr (%)	2,5	-7,6	-2,2	-16,3	-5,7	-6,1
Componentes de despesa: tvhr, %						
Consumo Final (% do valor do PIB 2019: 80,8%)	2,2	-4,6	-0,6	-11,9	-2,7	-3,2
Consumo Privado (63,9%), do qual:	2,6	-5,9	-0,8	-13,8	-4,1	-4,8
Bens alimentares (11,4%)	1,8	4,7	3,8	5,6	4,4	4,9
Bens duradouros (5,9%)	1,7	-7,6	-4,3	-25,6	2,5	-3,4
Bens correntes não alim., serviços (44,6%)	3,0	-8,6	-1,5	-17,9	-7,4	-7,7
Consumo Público (16,9%)	0,7	0,5	0,1	-4,0	2,8	3,1
FBC (19,0%), da qual:	5,4	-4,9	-2,2	-10,0	-7,2	-0,3
FBCF (18,2%)	5,4	-2,2	-0,3	-8,5	0,6	-0,4
Recursos biológicos cultivados (0,2%)	1,9	0,1	2,7	0,8	-0,9	-2,0
Outras máq. e eq., sist. Armamento (4,2%)	4,3	-7,7	-5,4	-19,0	-1,5	-4,6
Eq. de transporte (1,5%)	-1,7	-27,2	3,2	-68,5	-18,7	-24,3
Construção (9,4%)	7,2	4,8	1,0	5,6	5,8	6,6
Produtos de propriedade intelectual (2,9%)	6,2	-1,3	1,4	-2,6	-1,5	-2,3
Exportações (43,5%)	3,9	-18,6	-4,8	-40,0	-15,9	-14,1
Bens (29,4%)	3,3	-11,4	-3,7	-33,8	-3,4	-4,7
Serviços (14,1%)	5,4	-34,0	-7,1	-53,4	-41,3	-34,0
Importações (43,3%)	4,7	-12,0	-1,7	-29,1	-11,0	-6,5
Bens (35,9%)	4,0	-10,3	-1,3	-28,2	-7,8	-4,2
Serviços (7,3%)	8,4	-20,3	-3,9	-33,9	-26,5	-17,1
Contributos para a tvhr do PIB (p.p.)						
Procura Interna	2,8	-4,6	-0,9	-11,4	-3,5	-2,7
Exportações líquidas	-0,3	-3,0	-1,3	-4,9	-2,1	-3,5

Fonte: INE, Contas nacionais (base 2016, SEC 2010). Tvc(hr) = taxa de variação em cadeia (homóloga) real; p.p.=pontos percentuais; FBC(F)=Formação Bruta de Capital (Fixo).

O **PIB** teve uma queda histórica em **2020** (-7,6% em termos reais, a maior perda anual neste século), superior à registada na **UE** (-6,2%), onde teve o 6º pior desempenho. A preços constantes, o PIB situou-se pouco acima do nível de 2011, significando que **em apenas um ano recuamos quase uma década** em produto e rendimento.

A descida anual do PIB em 2020 refletiu perdas de -4,6% no **consumo** (-5,9% no privado e +0,5% no público), -4,9% no **investimento** (-2,2% na FBCF – perda mitigada pela subida de +4,8% na Construção – e -34,8% na variação de stocks) e -18,6% das **exportações** (-11,4% nos bens e -34,0% nos serviços, onde o **turismo** teve uma queda “sem precedentes”), uma

evolução amortecida pela queda de -12,0% das **importações**. O contributo da **procura interna** para a variação do PIB (-4,6 p.p.) foi mais negativo que o da **procura externa** (-3,0 p.p.).

Em termos de **evolução intra-anual**, após uma queda histórica em cadeia de -13,9% no segundo trimestre, o PIB recuperou 13,3% no 3º trimestre (a refletir o desconfinamento) e apenas 0,2% no **4º trimestre**, o que agravou a queda homóloga nesse trimestre para -6,1% (após -5,7% e -16,3% nos trimestres anteriores), a refletir o contributo mais negativo da **procura externa líquida** (de -2,1 para -3,5 p.p.) em face de um desagravamento mais forte das **importações** (de -11,0% para -6,5%) do que das **exportações** (de -15,9% para -14,1%).

Pelo contrário, o contributo da **procura interna** para a variação homóloga do PIB melhorou no quarto trimestre (de -3,5 para -2,7 p.p., tornando-se menos negativo que o da procura externa) em resultado de um desagravamento significativo do **investimento** (de -7,2% para -0,3%) com origem no **aumento de stocks** (contrariando a quebra da **FBCF** de 0,6% para -0,4%), que mais do que compensou a intensificação da queda no **consumo**, com origem na **componente privada** (de -4,1% para -4,8%).

O **peso das exportações no PIB** (uma medida de intensidade exportadora) recuou para 39,5% em **2020** (28,9% nos bens e 10,6% nos serviços, mínimos desde 2016 e 2013, respetivamente), o valor mais baixo desde 2014. No **4º trimestre**, a intensidade exportadora recuperou pelo segundo trimestre consecutivo (para 38,4% do PIB: 28,8% nos bens e 9,6% nos serviços), após um mínimo de uma década no 2º trimestre (29,6% do PIB: 21,7% nos bens e 7,9% nos serviços)

O **VAB** (sem impostos líquidos de subsídios) contraiu-se -6,4% em **2020**, com perdas em quase todos os **ramos** (entre -0,1% nas **Atividades financeiras, de seguros e imobiliárias** e -12,7% no **Comércio e reparação automóvel, Alojamento e restauração**, a maior queda), com exceção da **Construção**, que registou um crescimento de 3,3% (após 5,1% em 2019). No **4º trimestre**, a queda homóloga reduziu-se para -4,0%. Apenas o Comércio e reparação automóvel, Alojamento e restauração teve uma deterioração da evolução homóloga, com a perda a agravar-se para -10,6%. Mais uma vez, a Construção foi o único ramo com uma subida (4,6%).

Quadro 2.1.2: VAB por ramos

	2019	2020	1T 20	2T 20	3T 20	4T 20
VAB total e por ramos (tvhr, %)*	2,4	-6,4	-2,2	-14,9	-4,6	-4,0
Agricultura, Silvicultura e Pesca (peso no valor do VAB em 2019: 2,4%)	3,4	-9,0	-5,4	-9,1	-10,9	-10,8
Indústria (14,2%)	0,0	-7,7	-3,6	-23,0	-2,4	-1,7
Energia, Águas e Saneamento (3,4%)	-4,0	-7,3	-6,7	-12,4	-5,5	-4,6
Construção (4,3%)	5,1	3,3	0,5	3,9	4,1	4,6
Comércio e rep. aut, Aloj. e Restauração (19,6%)	4,6	-12,7	-4,4	-26,0	-9,6	-10,6
Transp. e armaz., Inf. e comunicação (8,6%)	5,3	-5,7	-1,1	-17,5	-2,7	-1,3
Ativ. Financeira, Seguradora e Imobiliária (17,4%)	1,1	-0,1	0,4	-0,2	-0,4	-0,3
Outros Serviços (30,2%)	2,3	-6,4	-1,3	-14,3	-5,8	-4,0

INE, Contas nacionais (base 2011, SEC 2010). Tvhr=taxa de variação homóloga real; VAB=Valor Acrescentado Bruto. *VAB a preços base (sem impostos líquidos de subsídios).

Segundo dados revistos, o **indicador coincidente do Banco de Portugal** para a **evolução homóloga tendencial da atividade** melhorou pelo sétimo mês consecutivo em fevereiro (para -3,8%), sugerindo uma atenuação da queda de atividade no início de 2021. O indicador análogo do **consumo privado** teve uma trajetória semelhante, mas com um perfil de desagravamento mais intenso (até -0,6% em fevereiro). Em sentido contrário, o indicador de **FBCF** do INE registou uma quebra em janeiro (tvh média trimestral de -0,7%, 0,8% no quarto trimestre de 2020).

Figura 2.1.1: PIB e Indicador Coincidente para a evolução homóloga tendencial de atividade do Banco de Portugal, BdP (tvhr, %)

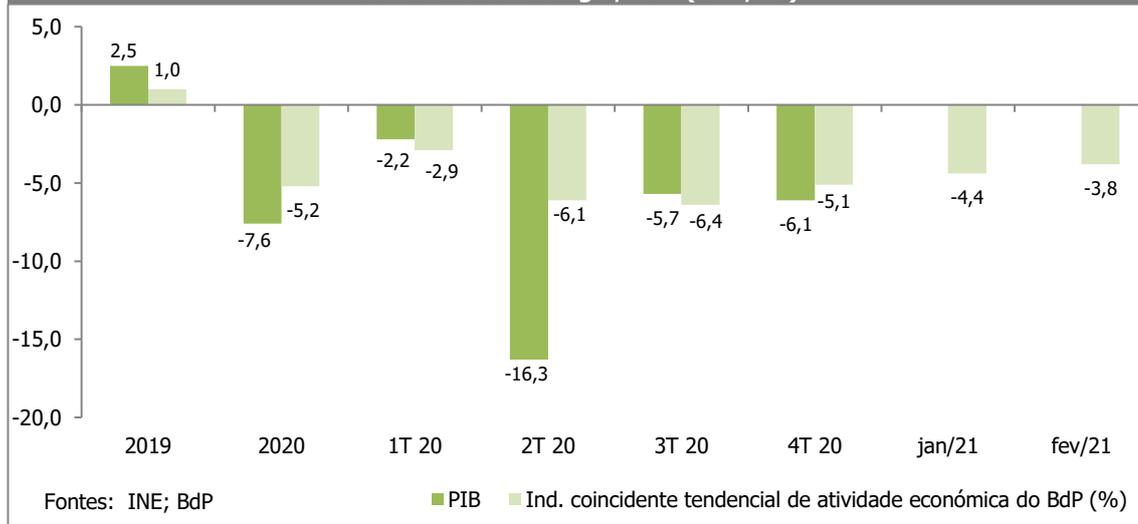
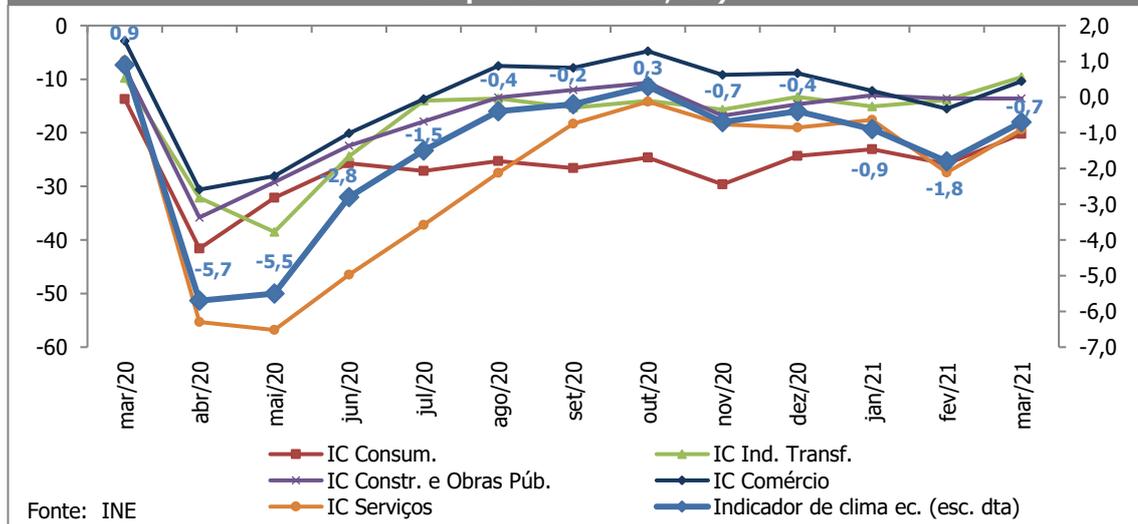


Figura 2.1.2: Indicador de Clima Económico (tvh) e Indicadores de Confiança, IC (saldo de respostas extremas, sre)



Nota: a partir desta edição o gráfico passa a evidenciar valores efetivos (em lugar da média móvel de três meses), que captam melhor as oscilações de atividade económica, o que se revela útil no atual contexto.



Por sua vez, o **Indicador de Clima do INE**¹ registou um valor menos negativo em março (após quatro meses em deterioração), a refletir a melhoria na quase totalidade dos **indicadores de confiança** (com exceção do relativo à Construção e obras públicas, que não se alterou), com as subidas mais fortes a ocorrerem nos Serviços, seguindo-se os Consumidores, o Comércio e a Indústria transformadora.

O Banco de Portugal passou a [divulgar](#) desde o dia 28/1, com atualização semanal, o [indicador diário de atividade económica \(DEI na sigla inglesa\)](#), que constitui um **indicador avançado do PIB**. Os dados (até à data de corte desta publicação) apontam para uma atenuação da queda homóloga do DEI no **1º trimestre**, o que sugere uma evolução semelhante do PIB.

¹ Estimado a partir do inquérito às empresas e consumidores com base numa análise fatorial (pelo que não tem de seguir, necessariamente, a evolução dos indicadores de confiança), estando calibrado para antecipar a tvh do PIB.

2.2 Projeções macroeconómicas nacionais e internacionais

Projeções para Portugal

Quadro 2.2.1: Projeções económicas para Portugal												
	FMI			BdP				CE		OCDE		Gov.
	Abr-21			Abr-21				Mar-21		Dez-20		Out-20
	2020	2021	2022	2020	2021	2022	2023	2021	2022	2021	2022	2021
PIB (tvar, %)	-7,6	3,9	4,8	-7,6	3,9	5,2	2,4	4,1	4,3	1,7	1,9	5,4
Cenários alternativos												
- cenário favorável				-7,6	4,7	5,4	2,3					
- cenário severo				-7,6	1,6	3,2	3,2					
Consumo privado				-5,9	2,0	4,8	2,3			1,1	2,8	3,9
Consumo público				0,5	3,7	0,7	0,6			3,5	0,7	2,4
FBCF				-2,2	3,6	8,0	3,7			0,1	2,5	5,3
Exportações	-18,8	10,8	14,3	-18,6	13,7	11,5	5,3			3,6	5,8	10,9
Importações	-11,9	8,9	12,1	-12,0	10,2	9,9	5,0			2,5	6,9	7,2
Contributos brutos para a tvar do PIB (p.p.)												
Exportações líquidas (do total de importações)										0,4	-0,5	1,3
Procura Interna										1,3	2,4	4,1
Contributos líquidos das respetivas importações (p.p.)*												
Exportações				-5,2	2,5	2,7	1,2					
- de bens				-0,7	1,7	0,3	0,2					
- de serviços				-4,5	0,8	2,4	1,0					
Procura Interna				-2,3	1,4	2,5	1,2					
Proc. externa relevante (tvar, %)				-12,3	7,4	5,7	3,5					9,4
Emprego (tva, %)	-2,0	1,0	1,5	-1,7	0,3	1,6	0,5					1,0
Horas trabalhadas (tva, %)				-9,2	4,9	4,4	0,6					
Taxa de desemprego (%)	6,8	7,7	7,3	6,8	7,7	7,6	7,2			9,5	8,2	8,2
Inflação (tva do IHPC, %)	-0,1	0,9	1,2	-0,1	0,7	0,9	1,0	0,9	1,2	-0,2	0,3	0,7
Bal. Corr. e de capital (% PIB)				0,1	1,5	2,8	2,9					0,9
Balança corrente (% PIB)	-1,2	-0,6	0,3							-0,6	-0,7	0,1
Bal. de bens e serviços (% PIB)				-1,8	-0,9	0,0	0,2					0,1
Bal. de bens (% PIB)												
Saldo orçamental (% PIB)	-6,1	-5,0	-1,9							-6,3	-4,9	-4,3
Dívida pública bruta (% PIB)	131,6	131,4	125,6							139,7	138,8	130,9

Fontes: Fundo Monetário Internacional, FMI, [World Economic Outlook April 2021](#); Banco de Portugal, BdP, [Boletim Económico Março 2021](#); CE, [European Economic Forecast - Winter 2021 \(interim\)](#); Organização para a Cooperação e Desenvolvimento da Europa, OCDE, [Economic Outlook - December 2020](#); Governo, [Relatório da Proposta de Orçamento de Estado de 2021](#). Tva = taxa de variação anual; tvar= taxa de variação anual real; p.p.= pontos percentuais. *Contributo de cada componente expurgada do respetivo conteúdo importado (lógica de valor acrescentado nacional), uma abordagem diferente da tradicional (contributos brutos), em que a procura interna inclui importações e a procura externa líquida deduz as importações às exportações totais. O cálculo dos conteúdos importados tem como base o ano 2015 (mais detalhe no Boletim Económico de mar-19), a partir das "Matrizes Simétricas Input-Output, 2015" do INE.

No [Boletim Económico de Março](#), o **Banco de Portugal** (BdP) manteve em 3,9% a previsão de retoma do PIB em **2021** num **cenário central** (após -7,6% em 2020), abaixo das previsões da

Comissão Europeia (4,1%, de março) e do **Governo** (5,4%, na proposta de Orçamento de Estado divulgada em outubro de 2020), mas bastante acima da projeção da **OCDE** (1,7%), que já tem alguns meses, tal como a previsão do Governo (entretanto, o Ministro das Finanças já sinalizou que o valor deverá ser revisto em baixa).

Num **cenário adverso**, com menor procura externa, o BdP estima que o PIB cresça apenas 1,6% em 2021, com a estimativa a subir para 4,7% num **cenário favorável**.

No restante horizonte de previsão, o BdP aponta para taxas de crescimento de 5,2% em **2022** (revisão de 4,5% em dez-20) e 2,4% em **2023** (sem revisão).

Assumindo cenários centrais, Portugal, após registar uma queda do PIB superior à **Área Euro** no ano de 2020 (-7,6% vs. -6,9%, assumindo cenários centrais), tem uma recuperação ligeiramente inferior em 2021 (3,9% vs. 4,0%), significando que voltará a divergir dos parceiros do euro, só começando a convergir novamente em 2022 e 2023, projeções essas com maior incerteza.

Já em abril, o **FMI** apontou também para uma retoma de 3,9% do PIB nacional em **2021** (uma revisão em baixa face à previsão de 6,5% em out-20) e de 4,8% em **2022** (sem revisão). O valor de 2021 está em linha com a projeção de março do BdP, mas a previsão para 2022 é inferior.

*No dia 15 de abril, já após o corte de informação desta publicação, o Governo divulgou o [Programa de Estabilidade 2021-2025](#), apresentando **projeções de crescimento do PIB** de 4,0% em 2021, 4,9% em 2022 e 2,8% em 2023 (seguindo-se variações de 2,4% em 2024 e 2,2% em 2025), não muito diferentes das do FMI ou do BdP, e que foram endossadas pelo Conselho de Finanças Públicas, incorporando impactos do **PRR**.*

Destaques do Boletim Económico de Março do BdP

Segundo o BdP, *“as perspetivas para a economia portuguesa continuam a ser influenciadas pela **evolução da pandemia**. A recuperação iniciada no segundo semestre de 2020 foi temporariamente interrompida, ainda que o impacto do atual **confinamento** seja inferior ao do segundo trimestre de 2020. Apesar da volatilidade no curto prazo, o início do processo de **vacinação** reforçou a **confiança** na recuperação económica, também ancorada nas orientações favoráveis das **políticas monetária e orçamental**. As projeções assumem que as **restrições** serão **gradualmente levantadas a partir do segundo trimestre** de 2021 e que a implementação de uma solução médica eficaz estará concluída até ao início de 2022, em Portugal e na área do euro. (...) A **recuperação é diferenciada entre setores** [“a **atividade industrial** tem sido mais resiliente, antecipando-se uma recuperação mais rápida. A recuperação dos **serviços** e, em particular, nas atividades ligadas ao **turismo, cultura e entretenimento** será mais gradual”] e **componentes da despesa**, sendo mais rápida após o início do levantamento das medidas de contenção. Os **principais contributos para o crescimento económico** vêm das componentes que mais caíram face a 2019, exportações e consumo privado.*

O **consumo privado** cresce 2,0%, 4,8% e 2,3% em 2021-23, sendo a recuperação mais lenta nos **serviços** que exigem interação social. A recuperação do consumo é reforçada pela tendência descendente da **taxa de poupança** no horizonte de projeção.

O **investimento** cresce cerca de 5% em média [3,8% no caso do **investimento empresarial**, após uma queda de 5,6% em 2020; o **investimento público**, “após um aumento estimado de cerca de 17% em 2020, projeta-se que (...) cresça acima de 20% em 2021, mantendo um crescimento dinâmico no restante horizonte”], beneficiando da entrada de **fundos europeus**, em particular do novo instrumento Next Generation EU.

A recuperação das **exportações** reflete a dinâmica favorável da **procura externa de bens** e da recuperação mais gradual do **turismo** e dos serviços relacionados. As exportações de bens e serviços crescem 13,7% em 2021, 11,5% em 2022 e 5,3% em 2023. Por seu turno, as exportações de bens crescem 15,1% em 2021 – ultrapassando as de 2019 – e aumentam 4,9% e 3,2% em 2022 e 2023.

As **importações** crescem em média 8,4% em 2021-23, desacelerando no final do período, em linha com a evolução da **procura global**.

O **défice da balança de bens e serviços** diminui em 2021 [de 1,8% para 0,9% do PIB], situando-se em valores próximos de zero no restante horizonte de projeção [contribuindo para a subida do **saldo externo**, de 0,1% do PIB em 2020 até 2,9% em 2023, além das entradas de **fundos da UE**].

A retoma da atividade traduz-se numa melhoria no **mercado de trabalho**, com um crescimento médio do **emprego** de 0,8% em 2021-23 e uma redução da **taxa de desemprego** a partir de 2022 [após uma subida de 6,8% para 7,7% em 2021]. No final do horizonte, a taxa de desemprego [7,2% em 2023] deverá ser superior à observada em 2019 [6,5%], embora muito aquém da observada na crise de 2011-13.

O **nível de atividade de 2019** é alcançado em meados de 2022 [nos cenários central e favorável; apenas em 2023 no cenário adverso], mas existe uma perda face ao que se teria verificado na ausência da pandemia. A crise levou à **interrupção da acumulação de fatores produtivos**, incluindo **capital humano**. Existem também **custos de realocação dos fatores produtivos** associados ao impacto setorial diferenciado. Adicionalmente, o aumento do **endividamento dos setores público e privado** colocará importantes desafios à economia portuguesa”.

Quanto aos preços, “a **inflação** mantém-se contida e mais moderada do que na **área do euro**, passando de -0,1% em 2020 para 0,7%, 0,9% e 1,0% ao longo da projeção”.

Na análise, o BdP destaca ainda que “no período 2021-23 Portugal deverá receber 3,8% do PIB por ano, em média, de **fundos europeus**, conjugando montantes associados à finalização do Quadro Financeiro Plurianual (QFP) 2014-20, ao início do QFP 2021-27 e ao NGEU [PRR]. Em

particular, estima-se que as subvenções associadas ao NGEU representem cerca de um terço do total dos fundos recebidos”.

Em **conclusão**, “*as projeções apontam para uma recuperação da atividade económica no período 2021-23 assente no sucesso do combate à pandemia à escala internacional, no reforço da confiança e no apoio das medidas de política nacionais e supranacionais”.*

Numa Caixa de análise, o BdP realça que “*Entre 15 de janeiro e 14 de março de 2021, a redução do indicador diário para a atividade económica em Portugal (DEI) correspondeu a cerca de 40% da queda registada no primeiro estado de emergência (...). A capacidade de adaptação e aprendizagem dos agentes económicos e o enquadramento internacional mais favorável – refletindo uma menor sincronização da situação pandémica entre os países europeus e o dinamismo das economias asiáticas e americana – poderão ajudar a explicar o menor efeito do segundo confinamento na atividade”.*

Noutra Caixa, o BdP apresenta ainda a primeira estimativa do **impacto económico do PRR** (Programa de Recuperação e Resiliência), apontando para que em 2026 o nível do **PIB** seja entre 1,1% a 2,0% superior ao que seria sem o PRR (no caso do **emprego**, o impacto varia entre 0,2% e 1,4%), assumindo, nomeadamente, **capacidade de execução e absorção de fundos**. De notar que os 13,9 mil milhões de euros de **subvenções** considerados na análise – 2/3 de **investimento público** e 1/3 de **investimento privado** –, correspondem a 6,9% do PIB de 2000 e 6,6% do PIB previsto em 2021, o primeiro ano do PRR.

O **Tema em destaque** do Boletim de Março é “*A evolução da dimensão média das empresas em Portugal*”, concluindo-se que, após uma **diminuição até finais da década de 2000**, se registou um **aumento no período de 2013 a 2018**. “*Esse crescimento deveu-se essencialmente à expansão do número de trabalhadores das empresas incumbentes e foi transversal a todas as classes de dimensão”.*

Nota: as **projeções das contas públicas** são analisadas na secção 9.2 Contas públicas.

Projeções para a economia mundial e principais mercados

As **previsões de abril do FMI** reviram em alta a retoma do **PIB mundial** para 6,0% em 2021 e 4,4% em 2022 – após uma queda histórica de -3,3% em 2020, a primeira desde 2009 –, a refletir o **aumento da confiança** face aos progressos na **vacinação**, apesar dos **receios** das novas variantes e da mortalidade. A **recuperação diverge entre países e setores**, traduzindo impactos diferenciados da pandemia, e depende não apenas da vacinação, mas também da **extensão e efetividade das políticas económicas em limitar os estragos** desta crise sem

precedentes, sublinha o FMI. As projeções de retoma em 2021 e 2022 superam as apresentadas em março pela **ONU** (4,7% e 3,4%, respetivamente) e pela **OCDE** (5,6% e 4,0%).

Retomando a análise das projeções do FMI, as **economias avançadas** tiveram uma queda do PIB superior às **economias em desenvolvimento** em 2020 (-2,2% vs. -4,7%) e deverão recuperar a um ritmo mais forte em 2021 (6,7% vs. 5,1%) e 2022 (5,0% e 3,6%). Nas economias avançadas, realce para o desempenho acima da média dos **EUA** em 2020 e 2021 e abaixo da média no caso da **UE**, onde várias grandes economias (alguns dos principais parceiros comerciais de Portugal) registaram quedas muito acentuadas em 2020 (Espanha, Itália e França, sobretudo).

Nas economias em desenvolvimento, realce para a **China**, a única economia cujo PIB continuou a crescer em 2020 (embora com um abrandamento marcado) e deverá retomar uma dinâmica bastante robusta em 2021 e 2022. A **Índia** foi uma das economias mais penalizadas em 2020, mas deverá retomar com bastante vigor nos dois anos subsequentes.

Quadro 2.2.2: Previsões de crescimento económico – mundo e mercados (tvar, %)

	FMI, abr-21			ONU, mar-21			OCDE, mar-20		
	2020	2021	2022	2020	2021	2022	2020	2021	2022
Mundo	-3,3	6,0	4,4	-4,3	4,7	3,4	-3,4	5,6	4,0
Ec. Avançadas	-4,7	5,1	3,6	-5,6	4,0	2,5			
EUA	-3,5	6,4	3,5	-3,9	3,4	2,7	-3,5	6,5	4,0
Japão	-4,8	3,3	2,5	-5,4	3,0	1,8	-4,8	2,7	1,8
UE	-6,1	4,4	3,9	-7,4	4,8	2,7			
Área Euro	-6,6	4,4	3,8	-7,9	5,0	2,6	-6,8	3,9	3,8
Alemanha	-4,9	3,6	3,4				-5,3	3,0	3,7
França	-8,2	5,8	4,2				-8,2	5,9	3,8
Itália	-8,9	4,2	3,6				-8,9	4,1	4,0
Espanha	-11,0	6,4	4,7				-11,0	5,7	4,8
RU	-9,9	5,3	5,1	-9,5	6,8	2,0	-9,9	5,1	4,7
OCDE									
Ec. em desenvolvimento	-2,2	6,7	5,0						
Angola	-4,0	0,4	2,4	-3,0	1,2	2,6			
Moçambique	-0,5	2,1	4,7	-1,3	2,3	3,0			
Brasil	-4,1	3,7	2,6	-5,3	3,2	2,2	-4,4	3,7	2,7
Rússia	-3,1	3,8	3,8	-4,0	3,0	2,4	-3,6	2,7	2,6
Índia	-8,0	12,5	6,9	-9,6	7,3	5,9	-7,4	12,6	5,4
China	2,3	8,4	5,6	2,4	7,2	5,8	2,3	7,8	4,9

Fontes: Fundo Monetário Internacional, FMI, [World Economic Outlook April 2021](#); Organização das Nações Unidas, ONU, [World Economic Situation and Prospects - March 2021](#); Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico, OCDE, [OECD Economic Outlook – Interim Report, March 2021](#). Tvar= taxa de variação anual real.

2.3 Constituições, dissoluções e insolvências de empresas

No **1º trimestre**, a **criação líquida de empresas** reduziu-se -17,0% **face a 2020**, devido a um recuo dos **nascimentos** superior ao dos **encerramentos**, em termos relativos e absolutos, mas a queda passa para -37,5% **face a 2019**, removendo um **efeito de base associado ao primeiro confinamento em março de 2020**, que influenciou essas variáveis.

Esse efeito de base torna-se evidente nos números de **março**, em que a variação homóloga dos nascimentos e (em menor medida) dos encerramentos dispara em termos homólogos (para 41,6% e 9,0%, respetivamente), após quedas acentuadas nos meses anteriores. Comparando com 2019, as variações são mais homogêneas (-20,8% nos nascimentos, após -36,9% em fevereiro, e -26,7% nos encerramentos, que compara com -20,8% no mês precedente).

Apesar de tudo, o **rácio de nascimentos por encerramento** melhorou no primeiro trimestre (3,5, incluindo 4,0 em março, que compara com 2,8% no conjunto de 2020).

O número de empresas com **processos de insolvência** diminuiu -1,9% face a 2020 (mas já com uma subida homóloga de 25,4% em março), mas aumentou 4,4% face a 2019, incluindo uma subida de 22,0% em março.

Quadro 2.3.1: Criação líquida de empresas e insolvências

	2020	1T 21	Jan-21	Fev-21	Mar-21
Nascimentos de empresas, nº (A)	37 558	10 039	3 453	3 079	3 507
Tvh (%)	-24,2	-16,9	-37,2	-25,1	41,6
Tvh 2021/2019 (%)		-37,0	-47,9	-36,9	-20,8
Encerramentos de empresas, nº (B)	13 362	2 895	1 138	881	876
Tvh (%)	-25,1	-16,7	-24,8	-24,1	9,0
Tvh 2021/2019(%)		-35,9	-38,5	-20,8	-26,7
Criação líquida de empresas, nº =A-B	24 196	7 144	2 315	2 198	2 631
Tvh (%)	-23,6	-17,0	-41,9	-25,5	57,4
Tvh 2021/2019 (%)		-37,5	-51,6	-41,7	-18,6
Rácio nascimentos/encerramentos=A/B	2,8	3,5	3,0	3,5	4,0
Empresas com processos de insolvência, nº (C)	2 270	571	188	156	227
Tvh (%)	3,2	-1,9	-13,4	-15,2	25,4
Tvh 2021/2019 (%)		4,4	2,7	-12,4	22,0

Fonte: Barómetro Informa D&B. Tvh= Taxa de variação homóloga. Notas: A(B) - entidades constituídas no período considerado, com publicação de constituição (encerramento: não são consideradas extinções com origem em procedimentos administrativos de dissolução) no portal de atos societários do Ministério da Justiça; C - Entidades com processos de insolvência iniciados no período considerado, com publicação no portal Citius do Ministério a Justiça.

Apesar dos efeitos de base, destacam-se algumas tendências nas **variações** homólogas (face a 2020) por **setor** relativas ao 1º trimestre. Os setores do **Alojamento e Restauração** e **Serviços gerais** são dos mais penalizados ao nível dos **nascimentos** (quedas de -39,4% e -30,5%, respetivamente) e **processos de insolvência** (aumentos de 67,3% e 26,1%), mas não

nos encerramentos. O setor dos transportes regista a queda mais acentuada de nascimentos (-62,9%), mas melhora nos demais indicadores. Realce ainda para a evolução desfavorável no setor de Energia e Ambiente nos três indicadores – incluindo nos **encerramentos**, onde é o único a registar um aumento –, mas com um número de empresas com pouca expressão no total.

Em termos de **estrutura**, os Serviços empresariais tiveram o maior peso nos nascimentos (15,8%), enquanto o Retalho foi o setor que concentrou a maior proporção dos encerramentos (14,3%) e dos processos de insolvência (18,1%).

O **rácio de nascimentos por encerramento** oscilou, no primeiro trimestre, entre 2,1 no comércio grossista e 13,0 nas Energias e ambiente.

Figura 2.3.1: Variações dos nascimentos, encerramentos e insolvências por setor
Barómetro Informa D&B

SETORES DE ATIVIDADE	NASCIMENTOS			ENCERRAMENTOS			PROCESSOS DE INSOLVÊNCIA			
	MARÇO 2021	ACUMULAD O MAR. 2021	ACUMULAD O MAR. 2020	VARIAÇÃO (%)	ACUMULAD O MAR. 2021	ACUMULAD O MAR. 2020	VARIAÇÃO (%)	ACUMULAD O MAR. 2021	ACUMULAD O MAR. 2020	VARIAÇÃO (%)
AGRICULTURA E OUTROS RECURSOS NATURAIS		458	395	15.9%	88	106	-17.0%	12	8	50.0%
ALOJAMENTO E RESTAURAÇÃO		735	1 212	-39.4%	315	405	-22.2%	92	55	67.3%
ATIVIDADES IMOBILIÁRIAS		1 012	1 098	-7.8%	178	221	-19.5%	12	13	-7.7%
CONSTRUÇÃO		1 265	1 364	-7.3%	316	342	-7.6%	50	54	-7.4%
ENERGIAS E AMBIENTE		40	67	-40.3%	10	8	25.0%	3	1	200.0%
GROSSISTA		541	596	-9.2%	273	281	-2.8%	56	73	-23.3%
INDÚSTRIAS		582	633	-8.1%	277	327	-15.3%	119	149	-20.1%
RETALHO		1 412	1 283	10.1%	416	562	-26.0%	90	96	-6.3%
SERVIÇOS EMPRESARIAIS		1 731	1 952	-11.3%	402	455	-11.6%	42	40	5.0%
SERVIÇOS GERAIS		1 247	1 795	-30.5%	345	437	-21.1%	58	46	26.1%
TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO		626	635	-1.4%	151	177	-14.7%	11	18	-38.9%
TRANSPORTES		390	1 052	-62.9%	124	156	-20.5%	26	29	-10.3%
TOTAL		10 039	12 082	-16.9%	2 895	3 477	-16.7%	571	582	-1.9%

Figura 2.3.2: Estrutura dos nascimentos, encerramentos e insolvências por setor
Barómetro Informa D&B

SETORES DE ATIVIDADE	NASCIMENTOS		ENCERRAMENTOS		PROCESSOS DE INSOLVÊNCIA		
	MARÇO 2021	MAR. 2021	DISTRIBUIÇÃO (%)	MAR. 2021	DISTRIBUIÇÃO (%)	MAR. 2021	DISTRIBUIÇÃO (%)
AGRICULTURA E OUTROS RECURSOS NATURAIS		151	4.3%	22	2.5%	6	2.6%
ALOJAMENTO E RESTAURAÇÃO		295	8.4%	77	8.8%	36	15.9%
ATIVIDADES IMOBILIÁRIAS		376	10.7%	56	6.4%	4	1.8%
CONSTRUÇÃO		445	12.7%	115	13.1%	27	11.9%
ENERGIAS E AMBIENTE		13	0.4%	1	0.1%	1	0.4%
GROSSISTA		189	5.4%	92	10.5%	21	9.3%
INDÚSTRIAS		197	5.6%	79	9.0%	40	17.6%
RETALHO		532	15.2%	125	14.3%	41	18.1%
SERVIÇOS EMPRESARIAIS		553	15.8%	108	12.3%	19	8.4%
SERVIÇOS GERAIS		416	11.9%	115	13.1%	20	8.8%
TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO		216	6.2%	45	5.1%	6	2.6%
TRANSPORTES		124	3.5%	41	4.7%	6	2.6%
TOTAL		3 507	100.0%	876	100.0%	227	100.0%

Figura 2.3.3: Rácio de nascimentos por encerramento nos setores
Barómetro Informa D&B

SETORES DE ATIVIDADE	
MARÇO 2021	MAR. 2021
AGRICULTURA E OUTROS RECURSOS NATURAIS	6,9
ALOJAMENTO E RESTAURAÇÃO	3,8
ATIVIDADES IMOBILIÁRIAS	6,7
CONSTRUÇÃO	3,9
ENERGIAS E AMBIENTE	13,0
GROSSISTA	2,1
INDÚSTRIAS	2,5
RETALHO	4,3
SERVIÇOS EMPRESARIAIS	5,1
SERVIÇOS GERAIS	3,6
TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	4,8
TRANSPORTES	3,0
TOTAL	4,0

No final de janeiro, o Eurostat apresentou uma versão experimental de dados sobre o [registo de novos negócios e declarações de insolvência na UE](#), que mostram uma **evolução muito mais desfavorável nos dois indicadores face à média da UE em 2020** (dados apenas até ao 3º trimestre). No ranking das variações homólogas, **Portugal** teve dos piores desempenhos entre os países da UE com dados, tanto no **registo de novos negócios** (sobretudo no 2º trimestre, com uma tvh de -48,2%, a queda mais alta) como nas **declarações de insolvências** (tvh de 40,3% no 3º trimestre, o segundo maior aumento), um cenário oposto ao registado em 2019.

Quadro 2.3.1: Registo de novos negócios e declarações de insolvência na UE

	4T 18	1T 19	2T 19	3T 19	4T 19	1T 20	2T 20	3T 20
Registo de novos negócios								
UE (2015=100)	107,9	134,2	117,4	106,6	111,4	120,3	83,2	108,9
Tvh (%)	7,4	9,3	5,0	6,9	3,2	-10,4	-29,1	2,2
Portugal (2015=100)	126,3	181,9	124,9	117,7	126,0	138,2	64,7	108,7
Tvh (%)	19,6	20,3	2,6	12,5	-0,2	-24,0	-48,2	-7,6
Ranking tvh na UE (em 15 países com dados, exceto no 3T 20, em que houve apenas 14)	2	2	9	3	7	14	15	11
Declarações de insolvência								
UE (2015=100)	89,0	88,1	83,0	72,4	88,7	75,1	54,8	59,6
Tvh (%)	-0,3	2,6	-6,7	2,3	-0,3	-14,8	-34,0	-17,7
Portugal (2015=100)	98,9	73,5	69,3	51,4	73,7	85,8	78,2	72,1
Tvh (%)	36,8	-12,1	-31,6	-31,5	-25,5	16,7	12,8	40,3
Ranking tvh na UE (em 13 países)	1	10	13	12	13	2	3	2

Fonte: Eurostat e cálculos próprios.



Comparando os índices de base 2015 entre o 4º trimestre de 2019 e o 3º trimestre de 2020, é possível verificar que em apenas três trimestres foi **perdida a vantagem evolutiva desde 2015 face à UE** nos dois indicadores (o índice de novos negócios era superior ao da UE e ficou quase igual, enquanto o índice de declarações de insolvência era inferior ao da UE e ficou acima).

Resta ainda adicionar a nota do Eurostat quanto à **natureza experimental dos dados** e aos **dificuldades de comparação**, que devem ser tidas em conta e **aconselham cautela na extração de conclusões**.

3. INTERNACIONALIZAÇÃO

3.1 Comércio internacional

Nesta secção são apresentadas as principais tendências das exportações e importações de bens e de serviços, incluindo o cálculo e análise de quotas de mercado das exportações.

3.1.1 Comércio internacional de bens

Saldo da balança de bens

Quadro 3.1.1.1: Saldo da balança de bens						
	2020	Var. homóloga		Jan-Fev 21	Var. homóloga	
	Valor (M€)	Valor (M€)	Tvhn (%)	Valor (M€)	Valor (M€)	Tvhn (%)
Total						
Exportações (FOB)	53 783	-6 120	-10,2	9 655	-368	-3,7
Importações (CIF)	67 867	-12 110	-15,1	11 231	-1 799	-13,8
Saldo	-14 084	5 990	-29,8	-1 577	1 432	-47,6
Taxa de Cobertura (%)	79,2			86,0		
Intra-UE(27)						
Exportações (FOB)	38 394	-3 974	-9,4	7 043	-201	-2,8
Importações (CIF)	50 673	-8 318	-14,1	8 444	-876	-9,4
Saldo	-12 279	4 344	-26,1	-1 401	675	-32,5
Taxa de Cobertura	75,8			83,4		
Extra-UE(27)						
Exportações (FOB)	15 389	-2 146	-12,2	2 612	-167	-6,0
Importações (CIF)	17 194	-3 793	-18,1	2 788	-923	-24,9
Saldo	-1 805	1 646	-47,7	-176	757	-81,1
Taxa de Cobertura	89,5			93,7		
Total sem combustíveis						
Exportações (FOB)	51 307	-4 946	-8,8	9 048	-246	-2,6
Importações (CIF)	62 005	-8 875	-12,5	10 137	-1 271	-11,1
Saldo	-10 699	3 929	-26,9	-1 090	1 025	-48,5
Taxa de Cobertura	82,7			89,3		

Fonte: INE. Tvhn = taxa de variação homóloga nominal. M€= Milhões de euros. CIF (*Cost, Insurance and Freight*) significa a inclusão dos custos inerentes ao transporte das mercadorias e FOB (*Free on Board*) o contrário.

Em **2020**, as **exportações de bens** recuaram de forma expressiva (-10,2%: -9,4% na UE e -12,2% extra-UE) e as **importações** ainda mais (-15,1%: -14,1% na UE e -18,1% extra-UE), sobretudo no **mercado extra-UE** – em reflexo da **redução do comércio internacional a nível global** no contexto da **crise pandémica** –, levando à redução do **défice comercial** (em 6 mil M€, para 14 mil M€) e a um aumento da **taxa de cobertura** (de 74,9% para 79,2%).

Excluindo os combustíveis (cuja procura foi particularmente penalizada pela diminuição da mobilidade imposta para contrariar a progressão da pandemia), a diminuição das trocas não foi tão acentuada (-8,8% nas exportações e -12,5% nas importações) como nos dados globais.

No período de **janeiro a fevereiro de 2021**, o ritmo de queda homóloga do comércio atenuou-se para -3,7% nas exportações e -13,8% nas importações, levado a uma melhoria do saldo e da taxa de cobertura (para 86,0%). No mês de **fevereiro**, as variações homólogas das exportações e das importações foram já positivas (2,8% e 3,7%), respetivamente.

Chama-se atenção que estes **dados são insuficientes para estabelecer tendências** para o conjunto do ano, sendo os dados sujeitos a revisões e bastante influenciados por fatores pontuais.

Exportações de bens

Quadro 3.1.1.2: Exportações de bens nos 20 principais mercados de 2020

	2020			Jan-Fev 21		
	Valor (M€)	Tvhn (%)	Contributo (p.p.)	Valor (M€)	Tvhn (%)	Contributo (p.p.)
Espanha	13 663	-7,8	-1,9	2 616	0,2	0,0
França	7 268	-6,2	-0,8	1 329	-2,2	-0,3
Alemanha	6 373	-11,3	-1,4	1 075	-8,6	-1,0
R. Unido (GB e Irlanda do Norte)	3 059	-15,7	-1,0	501	-14,5	-0,9
EUA	2 670	-12,1	-0,6	450	-11,1	-0,6
Itália	2 358	-12,1	-0,5	474	2,5	0,1
Países Baixos	2 009	-14,2	-0,6	374	0,3	0,0
Bélgica	1 255	-8,4	-0,2	234	-12,6	-0,3
Angola	871	-29,7	-0,6	114	-21,4	-0,3
Polónia	731	-6,4	-0,1	133	5,5	0,1
Brasil	728	-3,1	0,0	109	-24,7	-0,4
Suíça	657	5,5	0,1	98	-12,2	-0,1
Marrocos	626	-12,5	-0,1	196	73,5	0,8
Suécia	619	4,2	0,0	106	-5,6	-0,1
China	568	-5,7	-0,1	104	48,8	0,3
Turquia	551	-0,9	0,0	74	-20,8	-0,2
Irlanda	491	18,5	0,1	61	-20,6	-0,2
Dinamarca	480	4,4	0,0	90	21,2	0,2
Roménia	476	7,4	0,1	79	-6,3	-0,1
Áustria	394	-24,9	-0,2	61	-23,2	-0,2
Subtotal	45 846	-9,2	-7,8	8 280	-3,4	-2,9
Total	53 783	-10,2		9 655	-3,7	
Intra-UE	38 394	-9,4	-6,6	7 043	-2,8	-2,0
Extra-UE	15 389	-12,2	-3,6	2 612	-6,0	-1,7

Fonte: INE. Tabela ordenada pelo valor das exportações em 2020. M€= milhões de euros; tvhn = taxa de variação homóloga nominal; p.p. = pontos percentuais.

Nos **20 principais mercados**, os maiores **contributos negativos** para a evolução das **exportações em 2020** vieram dos **principais mercados** (Espanha, Alemanha, Reino Unido e França), mais do que compensando um conjunto de **contributos positivos** pouco significativos (Irlanda, Roménia, Suíça, Suécia e Dinamarca). Realça-se ainda a entrada da República da Irlanda no Top 20 (para a 17ª posição) em substituição do Canadá (que passou para a 23ª posição). Por **grupos de produtos**, apenas a Alimentação, bebidas e tabaco deu um contributo positivo para a evolução homologa das exportações em 2020, claramente insuficiente para contrariar os contributos negativos dos demais grupos, que foram particularmente acentuados no Material de transporte e nos Combustíveis.

De **janeiro a fevereiro de 2021**, os contributos negativos predominantes nos principais **mercados** contrariaram alguns contributos positivos, com realce para o de **Marrocos** (0,8 p.p., traduzindo uma tvh de 73,5%) e, em menor medida, o da **China** (0,3 p.p.). Nos **grupos de produtos**, os maiores contributos negativos continuaram a advir do Material de transporte e Combustíveis (mas menos fortes do que em 2020), sendo de assinalar o aparecimento de um conjunto maior de contributos positivos, mais significativos no caso dos **Metais** e dos **Químicos**.

Quadro 3.1.1.3: Exportações de bens por tipo de produto

Produtos NC8 e respetivos códigos	2020			Jan-Fev 21		
	Valor (M€)	Tvhn (%)	Contributo (p.p.)	Valor (M€)	Tvhn (%)	Contributo (p.p.)
Material de Transporte: S17 (86-89)	7 953	-18,8	-3,1	1 499	-9,5	-1,6
Máquinas e aparelhos: S16 (84-85)	7 909	-5,1	-0,7	1 419	-1,2	-0,2
Metais: S15 (72-83)	4 109	-7,5	-0,6	809	13,1	0,9
Madeira, cortiça, pasta e papel: S9 (44-46) e S10 (47-49)	3 970	-10,3	-0,8	663	-6,1	-0,4
Animais vivos, produtos animais e vegetais, e gorduras: S1 (1-5), S2 (6-14), S3 (15)	3 915	-1,2	-0,1	616	-4,0	-0,3
Plásticos e borracha: S7 (39-40)	3 825	-8,3	-0,6	721	4,3	0,3
Alimentação, bebidas e tabaco, S4 (16-24)	3 563	6,8	0,4	567	8,1	0,4
Químicos: S6 (28-38)	3 261	-3,7	-0,2	534	9,8	0,5
Vestuário: S11 (61-62)	2 591	-17,2	-0,9	473	-11,8	-0,6
Combustíveis e óleos minerais: S5 (27)	2 476	-32,2	-2,0	607	-16,7	-1,2
Outros	2 285	-4,3	-0,2	382	-11,1	-0,5
Têxteis: S11 (50-60, 63)	2 056	-1,5	-0,1	350	-1,4	-0,1
Mobiliário: S20 (94)	1 708	-14,3	-0,5	301	-10,7	-0,4
Pedra, cerâmica e vidro: S13 (68-70)	1 660	-6,8	-0,2	279	-4,2	-0,1
Calçado: S12 (64-67)	1 590	-16,8	-0,5	278	-18,0	-0,6
Produtos minerais exceto combustíveis: S5 (25-26)	661	-16,4	-0,2	114	18,7	0,2
Peles e couros S8 (41-43)	251	-20,5	-0,1	42	-17,4	-0,1
Total	53 783	-10,2		9 655	-3,7	
Total sem combustíveis	51 307	-8,8	-8,3	9 048	-2,6	-2,4

Fonte: INE. Tabela ordenada pelo valor das exportações em 2020. NC8 = Nomenclatura combinada de mercadorias da UE a oito dígitos; M€= milhões de euros; tvhn = taxa de variação homologa nominal; p.p. = pontos percentuais.

Importações de bens

Nas **importações**, os três principais mercados deram os maiores **contributos negativos em 2020** (França, Espanha, Alemanha), mais do que compensando um conjunto de **contributos positivos** (Brasil, Nigéria, China, Polónia e Suécia), mas apenas um com alguma expressão (Brasil). Ao nível dos **grupos de produtos**, os contributos negativos foram predominantes e particularmente fortes no Material de transporte, Combustíveis e Máquinas e aparelhos, tendo-se registado apenas um contributo positivo nos Químicos, pouco significativo.

No período de **janeiro a fevereiro de 2021**, os contributos negativos predominantes nos principais **mercados** contrariaram um conjunto de contributos positivos, o maior dos quais com origem na Rússia (0,7 p.p., traduzindo uma tvh de 108,6%), seguida da Polónia e da Nigéria. Nos **grupos de produtos**, os dois principais contributos negativos continuaram a vir do Material de transporte e Combustíveis, mas o terceiro maior passou a ser o Vestuário (-1,3 p.p.; -44,9%).

Quadro 3.1.1.4: Importações de bens nos 20 principais mercados de 2020

	2020			Jan-Fev 21		
	Valor (M€)	Tvhn (%)	Contributo (p.p.)	Valor (M€)	Tvhn (%)	Contributo (p.p.)
Espanha	22 135	-9,3	-2,8	3 633	-6,6	-2,0
Alemanha	9 039	-14,8	-2,0	1 558	-9,5	-1,3
França	5 011	-36,2	-3,6	791	-28,5	-2,4
Países Baixos	3 732	-6,1	-0,3	609	-4,4	-0,2
Itália	3 550	-13,6	-0,7	551	-10,4	-0,5
China	3 067	3,9	0,1	514	-3,7	-0,2
Bélgica	1 962	-19,3	-0,6	325	-14,0	-0,4
R. Unido (GB e Irlanda do Norte)	1 863	-11,4	-0,3	118	-70,2	-2,1
Brasil	1 602	55,9	0,7	226	-40,0	-1,2
EUA	1 238	-16,1	-0,3	295	-1,1	0,0
Polónia	1 109	9,3	0,1	268	29,3	0,5
Nigéria	1 077	12,7	0,2	232	29,6	0,4
Turquia	724	-24,7	-0,3	161	24,7	0,2
Suécia	710	0,3	0,0	96	-33,8	-0,4
Índia	633	-23,6	-0,2	92	-33,6	-0,4
Rússia	513	-53,1	-0,7	173	108,6	0,7
República Checa	486	-20,3	-0,2	96	-6,3	0,0
Hungria	474	-14,4	-0,1	96	3,6	0,0
Irlanda	465	-11,4	-0,1	78	18,7	0,1
Arábia Saudita	429	-46,4	-0,5	53	-45,2	-0,3
Subtotal	59 818	-13,3	-11,5	9 965	-11,0	-9,4
Total	67 867	-15,1		11 231	-13,8	
Intra-UE	50 673	-14,1	-10,4	8 444	-9,4	-6,7
Extra-UE	17 194	-18,1	-4,7	2 788	-24,9	-7,1

Fonte: INE. Tabela ordenada pelo valor das exportações em 2020. M€= milhões de euros; tvhn = taxa de variação homóloga nominal; p.p. = pontos percentuais.

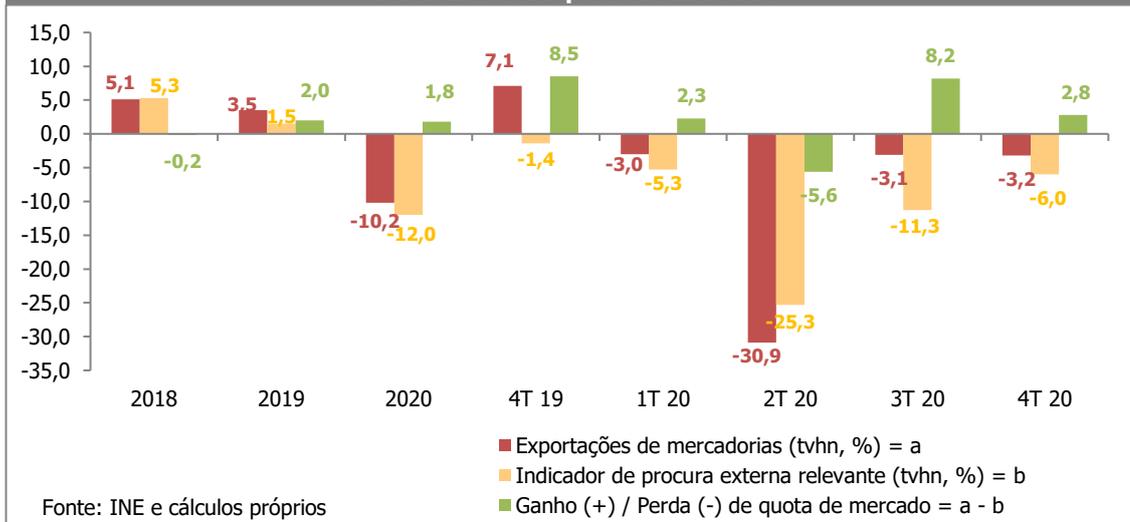
Quadro 3.1.1.5: Importações de bens por tipo de produto

Produtos NC8 e respetivos códigos	2020			Jan-Fev 21		
	Valor (M€)	Tvhn (%)	Contributo (p.p.)	Valor (M€)	Tvhn (%)	Contributo (p.p.)
Máquinas e aparelhos: S16 (84-85)	13 018	-8,9	-1,6	2 240	-0,6	-0,1
Químicos: S6 (28-38)	8 357	1,0	0,1	1 462	0,0	0,0
Material de Transporte: S17 (86-89)	8 354	-34,6	-5,5	1 324	-33,9	-5,2
Animais vivos, produtos animais e vegetais, e gorduras: S1 (1-5), S2 (6-14), S3 (15)	7 467	-5,3	-0,5	1 120	-6,7	-0,6
Combustíveis e óleos minerais: S5 (27)	5 862	-35,6	-4,0	1 094	-32,6	-4,1
Metais: S15 (72-83)	5 286	-10,5	-0,8	958	-0,2	0,0
Plásticos e borracha: S7 (39-40)	4 155	-8,6	-0,5	743	0,7	0,0
Alimentação, bebidas e tabaco, S4 (16-24)	3 336	-1,7	-0,1	496	-5,4	-0,2
Outros	2 633	-9,3	-0,3	397	-10,4	-0,4
Madeira, cortiça, pasta e papel: S9 (44-46) e S10 (47-49)	2 148	-10,4	-0,3	346	-9,9	-0,3
Têxteis: S11 (50-60, 63)	1 993	-4,8	-0,1	301	-11,8	-0,3
Vestuário: S11 (61-62)	1 803	-23,2	-0,7	215	-44,9	-1,3
Mobiliário: S20 (94)	1 081	-12,3	-0,2	179	-18,5	-0,3
Pedra, cerâmica e vidro: S13 (68-70)	862	-3,9	0,0	145	-1,3	0,0
Calçado: S12 (64-67)	725	-21,9	-0,3	96	-44,9	-0,6
Peles e couros S8 (41-43)	571	-28,0	-0,3	79	-38,9	-0,4
Produtos minerais exceto combustíveis: S5 (25-26)	217	-0,2	0,0	36	-3,9	0,0
Total	67 867	-15,1		11 231	-13,8	
Total sem combustíveis	62 005	-12,5	-11,1	10 137	-11,1	-9,8

Fonte: INE. Tabela ordenada pelo valor das importações em 2020. NC8 = Nomenclatura combinada de mercadorias da UE a oito dígitos; M€= milhões de euros; tvhn = taxa de variação homóloga nominal; p.p. = pontos percentuais.

Quotas de mercado das exportações de bens

De acordo com dados do INE, em **2020** assistiu-se a uma quebra menos forte das **exportações de bens** (-10,2%) do que da respetiva **procura externa relevante** (-12,0%), resultando num aumento da **quota de mercado** (diferencial de 1,8 p.p. entre as duas taxas de crescimento), que teve origem na segunda metade do ano.

Figura 3.1.1.1: Evolução homóloga das exportações de mercadorias, da procura externa relevante e da quota de mercado

Quadro 3.1.1.4: Quota de mercado global e no Top 20 de exportações de bens, 2010-2020

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	V.20-19
Espanha	4,080	3,943	3,866	4,358	4,177	4,378	4,602	4,445	4,437	4,448	4,808	0,359
França	0,971	1,007	1,019	1,071	1,111	1,172	1,233	1,260	1,281	1,325	1,427	0,103
Alemanha	0,610	0,643	0,623	0,619	0,618	0,621	0,612	0,608	0,615	0,652	0,623	-0,029
R. Unido	0,456	0,456	0,436	0,524	0,563	0,591	0,615	0,643	0,646	0,584	0,551	-0,033
EUA	0,089	0,092	0,103	0,114	0,116	0,123	0,121	0,133	0,130	0,132	0,127	-0,006
Itália	0,375	0,392	0,437	0,433	0,431	0,428	0,471	0,490	0,578	0,632	0,638	0,005
P. Baixos	0,370	0,392	0,410	0,426	0,430	0,431	0,415	0,435	0,403	0,412	0,385	-0,027
Bélgica	0,328	0,402	0,416	0,395	0,382	0,335	0,355	0,351	0,343	0,359	0,364	0,005
Angola	15,158	16,034	16,190	15,700	14,770	11,250	12,742	13,947	11,316	9,817	10,252	0,435
Polónia	0,242	0,267	0,259	0,282	0,281	0,297	0,318	0,308	0,337	0,330	0,325	-0,005
Brasil	0,304	0,343	0,375	0,392	0,355	0,352	0,416	0,676	0,506	0,456	0,501	0,045
Suíça	0,251	0,249	0,174	0,173	0,207	0,201	0,219	0,242	0,244	0,251	0,258	0,007
Marrocos	1,132	1,220	1,315	2,153	1,685	1,977	1,903	1,854	1,592	1,579	1,634	0,055
Suécia	0,339	0,350	0,361	0,364	0,381	0,329	0,371	0,362	0,404	0,418	0,475	0,056
China	0,022	0,032	0,055	0,045	0,057	0,055	0,047	0,052	0,036	0,032	0,032	-0,001
Turquia	0,191	0,174	0,193	0,194	0,214	0,188	0,231	0,182	0,225	0,296	0,287	-0,009
Irlanda	0,223	0,267	0,279	0,284	0,307	0,342	0,457	0,394	0,357	0,460	0,573	0,113
Dinamarca	0,427	0,396	0,436	0,430	0,407	0,396	0,437	0,434	0,466	0,527	0,567	0,041
Roménia	0,451	0,422	0,475	0,545	0,468	0,452	0,579	0,518	0,494	0,514	0,591	0,077
Áustria	0,175	0,171	0,185	0,186	0,196	0,201	0,206	0,234	0,324	0,318	0,262	-0,056
QM Global	0,320	0,323	0,311	0,331	0,335	0,329	0,342	0,345	0,345	0,348	0,345	-0,002

Fontes: OMC e INE, cálculos próprios. Mercados ordenados pelo *ranking* das exportações em 2020 (como no quadro 3.1.1.2). Variações positivas (negativas) entre 2020 e 2019, em pontos percentuais, assinaladas com cor verde (vermelha). Nota metodológica: as quotas de mercado foram obtidas dividindo as exportações de Portugal (dados da OMC em milhões de dólares, repartidos entre os mercados do Top 20 de exportações nacionais usando a estrutura de exportações calculada a partir de informação do INE para os períodos em causa) pelas importações totais nos respetivos mercados (em milhões de dólares, obtidas na mesma base de dados anuais da OMC).

Contudo, a da **quota de mercado das exportações nacionais nas importações mundiais de bens** (cálculos próprios com dados da OMC e do INE – ver notas da tabela) mostra uma descida, ainda que marginal, em **2020** (de 0,348% para 0,345%), ainda um dos valores mais elevados da década, em linha com 2017 e 2018. Ao usar como denominador as importações mundiais, a evolução da quota assim calculada é **mais abrangente** do que a acima reportada com a procura externa relevante do INE (média ponderada das importações dos parceiros comerciais de Portugal), que exclui países que não são parceiros comerciais atuais.

Nos **20 principais mercados de exportação** de bens, a subida das **quotas de mercado** foi a tendência predominante, tendo-se verificado **descidas** pouco marcadas em oito mercados (Alemanha, Reino Unido, EUA, Países baixos, Polónia, China, Turquia e Áustria) e **aumentos** nos demais (Espanha, França, Itália, Bélgica, Angola, Brasil, Suíça, Marrocos, Suécia, Irlanda, Dinamarca e Roménia). **Angola** e **Espanha**, onde Portugal detém as maiores quotas, foram também os mercados em que as subidas foram mais marcadas (0,435 p.p. e 0,359 p.p., respetivamente, passando para 10,252% e 4,808%).

3.1.2 Comércio internacional de serviços

Quadro 3.1.2.1: Balança de serviços								
	2019		Var. homóloga		2020		Var. homóloga	
	Valor (M€)	Valor (M€)	Tvhn (%)	Contributo (p.p.)	Valor (M€)	Valor (M€)	Tvhn (%)	Contributo (p.p.)
Exportações	35 665	2 255	6,7		22 387	-13 278	-37,2	
Transform, manut., reparação	1 147	78	7,3	0,2	1 040	-107	-9,3	-0,3
Transportes	7 549	287	3,9	0,9	4 742	-2 807	-37,2	-7,9
Viagens e turismo	18 291	1 237	7,3	3,7	7 753	-10 538	-57,6	-29,5
Outros serv. forn. por empresas	4 691	398	9,3	1,2	4 558	-134	-2,9	-0,4
Outros	3 986	254	6,8	0,8	4 294	308	7,7	0,9
Importações	17 819	1 901	11,9		13 784	-4 036	-22,6	
Transform, manut., reparação	509	38	8,0	0,2	461	-48	-9,4	-0,3
Transportes	4 264	226	5,6	1,4	2 887	-1 377	-32,3	-7,7
Viagens e turismo	5 183	599	13,1	3,8	2 795	-2 388	-46,1	-13,4
Outros serv. forn. por empresas	4 291	649	17,8	4,1	3 859	-432	-10,1	-2,4
Outros	3 572	389	12,2	2,4	3 781	209	5,9	1,2
Saldo	17 845	354	2,0		8 603	-9 242	-51,8	
Transform, manut., reparação	638	40	6,7		579	-59	-9,3	
Transportes	3 285	60	1,9		1 855	-1 430	-43,5	
Viagens e turismo	13 108	639	5,1		4 958	-8 150	-62,2	
Outros serv. forn. por empresas	400	-250	-38,5		698	298	74,6	
Outros	414	-135	2		512	98	-55	

Fonte: BdP. M€= milhões de euros; tvhn = taxa de variação homóloga nominal; p.p. = pontos percentuais; s.s. = sem significado.

A refletir a **crise pandémica**, o excedente da **balança de serviços** diminuiu de forma acentuada em **2020** (-51,8%, para 8,6 mil M€, após uma subida de 2,0% no conjunto de 2019), face a uma queda das **exportações** (-37,2%) bastante superior à das **importações** (-22,6%).

A componente de **Viagens e turismo** foi a que mais contribuiu para a queda das exportações (-29,5 p.p.; tvh de -57,6%) e do saldo (redução do excedente em -8,2 mil M€, que compara com -9,2 mil M€ no saldo global), seguida pelos **Transportes** (-7,9 p.p., -37,2% e -1,4 mil M€, respetivamente), em face das restrições à mobilidade internacional no contexto da pandemia.

3.1.3 Balança de bens e serviços

O **saldo da balança de bens e serviços** tornou-se deficitário em **2020** (-3,6 mil M€), com a redução do défice nos **bens** a ser claramente insuficiente para contrariar a queda muito acentuada do excedente nos **serviços**.

Em termos de **estrutura da balança de bens e serviços** (BBS), assistiu-se a uma **reversão da tendência de aumento do peso dos serviços** nas importações (descida de 19,4% para 17,6%) e, sobretudo, nas **exportações** (de 38,1% para 30,0%), onde a maior queda ocorreu na componente de **Viagens e turismo** (de 19,5% para 10,4%), muito afetada pela **pandemia**.

Quadro 3.1.3.1: Balança de bens e serviços

	Exportações				Importações				Saldo	
	Jan-Dez				Jan-Dez				Jan-Dez	
	2019		2020		2019		2020		2019	2020
	Valor (M€)	Peso (%)	Valor (M€)	Valor (M€)						
Bens (FOB)	57 950	61,9	52 164	70,0	74 237	80,6	64 350	82,4	-16 287	-12 186
Serviços (FOB)	35 665	38,1	22 387	30,0	17 819	19,4	13 784	17,6	17 845	8 603
Transformação, manut., reparação	1 147	1,2	1 040	1,4	509	0,6	461	0,6	638	579
Transportes	7 549	8,1	4 742	6,4	4 264	4,6	2 887	3,7	3 285	1 855
Viagens e turismo	18 291	19,5	7 753	10,4	5 183	5,6	2 795	3,6	13 108	4 958
Outros serviços forn. por empresas	4 691	5,0	4 558	6,1	4 291	4,7	3 859	4,9	400	698
Outros serviços	3 986	4,3	4 294	5,8	3 572	3,9	3 781	4,8	414	512
Total (FOB)	93 615	100	74 551	100	92 056	100	78 134	100	1 559	-3 583

Fonte: BdP. M€= milhões de euros. Nota: devido a diferenças metodológicas, há uma diferença significativa de valor na balança de bens entre este quadro e o quadro 3.1.1.1, que tem como fonte o INE. As diferenças radicam sobretudo nas importações e porque esta componente se encontra expressa em valores CIF nos dados do INE e em valores FOB nos do BdP (ver nota ao quadro 3.1.1.1).

A **quota de mercado das exportações de serviços comerciais de Portugal nas importações mundiais** reduziu-se pelo segundo ano seguido em **2020** (para 0,522%, após 0,673% em 2019 e 0,687% em 2018, o máximo da década), que é o valor mais baixo desde, pelo menos, 2010 (o primeiro ano em que há dados disponíveis da OMC para efetuar o cálculo).

3.2 Investimento direto

Segundo dados revistos, a **posição de investimento direto líquido** registou uma subida homóloga de apenas 1,6% no final de **dezembro** de 2020 (para 97,9 mil M€), após 9,2% em **2019** e 10,2% em média anual desde 2010, que traduz o balanço da **década**.

O abrandamento da posição de investimento direto líquido (P.IDL) em 2020 acompanhou a redução do crescimento da posição do **investimento direto estrangeiro** (P.IDE), que foi também de 1,6% em 2020, após 8,4% em 2019 e 5,1% na média desde 2010.

A perda de dinamismo da P.IDL em 2020 só não foi superior porque a posição de **investimento português no exterior** (P.IPE) registou uma quebra significativa (-4,8%, após 7,1% em 2019 e -0,4% na média desde 2010), acima da registada, em média, na década.

A **crise pandémica** provocou, assim, uma **redução dos fluxos de investimento direto** de e para o exterior em **2020**.

Quadro 3.2.1: Posição de Investimento direto, final de período (M€ e variação homóloga)

	2010	2019	2020
Posição de Inv. Direto líquido = (1)-(2)	37 093	93 006	97 938
Tvh (%), senão Tva média 2020/10 (%) *	10,2	9,2	1,6
Posição de Inv. Direto Estrangeiro, P.IDE (1)	90 734	147 241	149 586
Tvh (%), senão Tva média 2020/10 (%) *	5,1	8,4	1,6
Posição de Inv. Direto no Exterior, P.IPE (2)	53 641	54 235	51 648
Tvh (%), senão Tva média 2020/10 (%) *	-0,4	7,1	-4,8

Fonte: BdP. Tvh = taxa de variação homóloga; M€= milhões de euros.

Quadro 3.2.2: Posição de Investimento direto estrangeiro por setores

	IDE Total	Ind. Tran.	Constr.	El., gás, água	Serviços							Outros setores
					Total	Comérc.	Info., comunic.	Finan, seguros	Imob.	Consult.	Outros	
Mil M€												
2020	149,6	11,5	3,2	10,0	100,7	11,6	5,0	32,6	12,3	26,7	12,5	24,2
2019	147,2	10,8	3,3	6,8	103,7	13,0	6,7	34,2	11,7	25,8	12,3	22,6
2010	90,7	5,3	1,2	2,0	74,2	7,7	1,1	26,8	4,3	30,9	3,4	8,1
Variações (%)												
2020/2019	1,6	6,1	-2,0	46,9	-2,9	-10,3	-25,3	-4,6	4,4	3,5	1,2	7,9
Média anual 20/10	5,1	8,1	10,3	17,7	3,1	4,2	16,4	2,0	11,0	-1,4	14,0	11,6
Peso na P.IDE total (%)												
2020	100	7,7	2,1	6,7	67,3	7,8	3,3	21,8	8,2	17,9	8,3	16,2
2019	100	7,3	2,2	4,6	70,4	8,8	4,6	23,2	8,0	17,5	8,4	15,4
2010	100	5,8	1,3	2,2	81,8	8,5	1,2	29,5	4,8	34,1	3,7	8,9

Fonte: BdP. M€= milhões de euros. Nota: não existe detalhe setorial no caso da Posição de IPE, impossibilitando uma análise semelhante.

Quadro 3.2.3: Posição de investimento direto por países de origem e destino

	P.IDE				P.IPE				P. Inv. Líquido	
	Valor	Rank	Rank	Rank	Valor	Rank	Rank	Rank	Valor	Rank
	Dez-20	Dez-20	Dez-19	Dez-10	Dez-20	Dez-20	Dez-19	Dez-10	Dez-20	Dez-20
África do Sul	283	24	24	32	86	30	29	18	197	21
Alemanha	5 264	6	6	8	535	15	14	11	4 729	6
Angola	2 156	9	10	16	1 927	4	5	4	229	20
Argélia					202	23	23	26	s.s.	s.s.
Argentina					14	50	49	35	s.s.	s.s.
Austrália	5	40	41	37	160	25	26	23	-155	32
Áustria	1 701	14	14	15	131	27	27	22	1 570	10
Bélgica	1 857	12	12	12	451	16	16	53	1 406	11
Brasil	2 133	10	7	9	2 268	3	4	3	-135	31
Bulgária					27	42	44	43	s.s.	s.s.
Cabo Verde	30	36	35	31	321	20	20	19	-290	34
Canadá	651	22	21	5	33	39	38	25	618	16
Chile	34	35	36	39	387	18	18	39	-353	36
China	2 706	8	9	36	42	36	41	36	2 664	8
Chipre	1 017	18	18	18					s.s.	s.s.
Colômbia					29	41	42	51	s.s.	s.s.
Costa Rica	4	42	42	38					s.s.	s.s.
Dinamarca	663	21	22	19	150	26	25	5	513	17
Emirados Árabes Unidos	709	19	19	26	32	40	19	52	677	15
Espanha	30 772	2	2	1	16 131	1	1	2	14 641	3
EUA	2 014	11	11	10	990	11	11	9	1 025	12
Finlândia	68	31	30	27	-17	53	53	49	85	27
França	11 849	4	4	7	1 282	8	8	16	10 567	4
Gana					20	45	46	45	s.s.	s.s.
Guiné Equatorial					16	49	51	32	s.s.	s.s.
Guiné-Bissau					23	44	48	41	s.s.	s.s.
Hungria	21	37	37	30	219	22	31	17	-197	33
Índia					88	29	30	28	s.s.	s.s.
Irlanda	1 656	15	15	11	940	12	13	8	716	14
Itália	1 575	16	17	6	1 395	6	7	10	180	23
Japão	427	23	23	21	100	28	28	44	327	18
Kuwait	85	30	31	24					s.s.	s.s.
Letónia	9	39	39	35					s.s.	s.s.
Luxemburgo	27 211	3	3	3	1 598	5	3	6	25 612	1
Macau	708	20	20	20	1 002	10	12	13	-294	35
Malta	1 277	17	16	17	388	17	17	20	889	13
Marrocos					243	21	22	31	s.s.	s.s.
México					587	14	15	21	s.s.	s.s.
Moçambique					1 208	9	6	14	s.s.	s.s.
Nigéria	13	38	38	41	17	47	47	40	-4	28
Noruega	123	29	29	22	-3	52	50	42	125	25
Nova Zelândia	44	34	33	33					s.s.	s.s.
Países Baixos	31 126	1	1	2	11 753	2	2	1	19 373	2
Polónia	59	32	32	34	735	13	9	7	-676	37

	P.IDE				P.IPE				P. Inv. Líquido	
	Valor	Rank	Rank	Rank	Valor	Rank	Rank	Rank	Valor	Rank
	Dez-20	Dez-20	Dez-19	Dez-10	Dez-20	Dez-20	Dez-19	Dez-10	Dez-20	Dez-20
Reino Unido	9 267	5	5	4	1 324	7	10	12	7 943	5
Rep Checa	4	41	43	28	37	37	39	34	-33	30
Rep da Coreia	176	27	26	23	0	51	52	47	176	24
Roménia					361	19	21	15	s.s.	s.s.
Rússia	259	25	25	25	19	46	45	46	240	19
São Tomé e Príncipe					17	48	36	38	s.s.	s.s.
Senegal	3	43	40	42					s.s.	s.s.
Suécia	1 709	13	13	13	65	32	35	48	1 643	9
Suíça	2 987	7	8	14	164	24	24	24	2 823	7
Timor-Leste					34	38	40	33	s.s.	s.s.
Tunísia	175	28	28	40	56	33	33	29	119	26
Turquia	228	26	27	43	48	34	34	27	181	22
Ucrânia					24	43	43	30	s.s.	s.s.
Uruguai					45	35	37	50	s.s.	s.s.
Venezuela	47	33	34	29	66	31	32	37	-19	29
Subtotal	143 104				47 773				95 331	
Posição Inv. - total	149 586				51 648				97 938	
Grau de cobertura geog. (%)	95,7%				92,5%					

Fonte: BdP. Notas: (i) dados para os principais países de origem e destino (a territorialização dos dados do BdP não é total, mas anda na casa dos 90%); (ii) as posições de IDE e IPE são valores líquidos (entradas menos saídas), explicando alguns valores negativos; (iii) foram assinalados a verde os rankings do top 20 da posição de IDE, IPE e Inv. direto líquido, e a vermelho os valores negativos das três variáveis.

Os dados por **setor**, unicamente disponíveis para a **P.IDE**, mostram que o crescimento homólogo de 1,6% em **2020** teve origem nos setores de Eletricidade, gás e água (46,9%), da indústria transformadora (6,1%) e de outros setores relacionados com serviços (7,9%), mais do que compensado a queda nos serviços (-2,9%), com origem na Informação e comunicação (-25,3%), no Comércio (-10,3%) e nas Atividades financeiras e de seguros (-4,6%).

Considerando a **década**, os **setores individualizados com maior dinamismo** (crescimento médio anual acima dos 5,1% registados no total da P.IDE) foram a Eletricidade, gás e água (tva de 17,7%), serviços de Informação e Comunicação (16,4%), serviços Imobiliários (11,0%), Construção (10,3%) e Indústria Transformadora (8,1%). A única queda ocorreu nos serviços de consultoria (tva de -1,4%).

Naturalmente, esses setores mais dinâmicos na década foram também os que ganharam mais peso na **estrutura** da P.IDE entre 2010 e 2020. Apesar do maior dinamismo e significativo reforço de peso dos serviços Imobiliários e (em menor medida) de Informação e Comunicação, o setor dos **serviços** como um todo perdeu importância na estrutura de P.IDE (de 81,8% no final de 2010 para 67,3% no final de 2020), com realce para a forte perda nas Atividades financeiras e de seguros (de 29,5% para 21,8%) e, em particular, na Consultoria (de 34,1% para 17,9%), que mantiveram, ainda assim, os pesos mais elevados. A redução do peso nos serviços



foi acompanhada de um reforço de peso dos demais setores (Eletricidade, gás e água; Construção; Indústria Transformadora; Outros setores), mas o peso dos serviços continuou a ser predominante (67,3% no final de 2020, como referido).

Nos **dados por país**, realça-se no **Top 20, entre final de 2019 e de 2020**:

- Ao nível da **P.IDE**: a perda de três posições do Brasil (da 7ª para a 10ª posição), mantendo-se os Países Baixos e a Espanha nas duas primeiras posições;

- Ao nível da **P.IPE**: a subida de três posições do Reino Unido (da 10ª para a 7ª) e de duas posições de Macau (de 12ª para a 10ª), bem como a entrada da Roménia no Top 20 (da 21ª para a 19ª posição); a perda de quatro posições da Polónia (da 9ª para a 13ª), de três posições de Moçambique (da 6ª para a 9ª) e de duas posições no caso do Luxemburgo (da 3ª para a 5ª). A Espanha e os Países mantiveram-se nas duas primeiras posições.

No que se refere à **P.IDL**, Luxemburgo, Países Baixos, Espanha, França e Reino Unido estavam nas **cinco primeiras posições** no final de dezembro de 2020.

Quanto a **variações nos rankings cimeiros da P.IDE e P.IPE entre 2010 e 2020**, realça-se que: (i) Angola passou de 16º para 9º como origem da P.IDE e manteve-se em 4º como destino de P.IPE; (ii) a China passou da 36ª para a 8ª posição na P.IDE e manteve-se na 36ª na P.IPE; (iii) a França passou de 7ª para 4ª na P.IDE e de 16ª para 8ª na P.IPE; (iv) a Itália passou da 6ª para a 16ª posição na P.IDE e da 10ª para 6ª na P.IPE; (v) a Suíça passou da 7ª para a 14ª posição na P.IDE e manteve-se na 24ª posição na P.IPE; (vi) o Canadá desceu da 5ª para a 22ª posição na P.IDE e da 25ª para a 39ª na P.IPE; (vii) Moçambique passou da 14ª para a 9ª posição na P.IPE; (viii) a Dinamarca passou da 5ª para a 26ª posição na P.IPE; (viii) a Espanha e os Países Baixos mantiveram-se nas duas primeiras posições na P.IDE e P.IPE, trocando de lugar em ambos os casos.

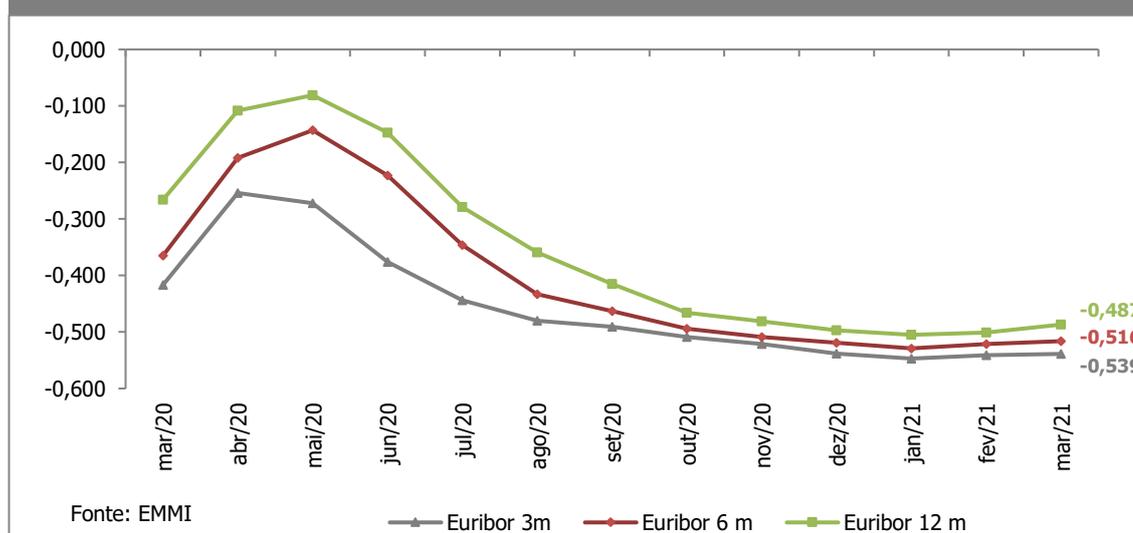
4. FINANCIAMENTO

4.1 Taxas de juro

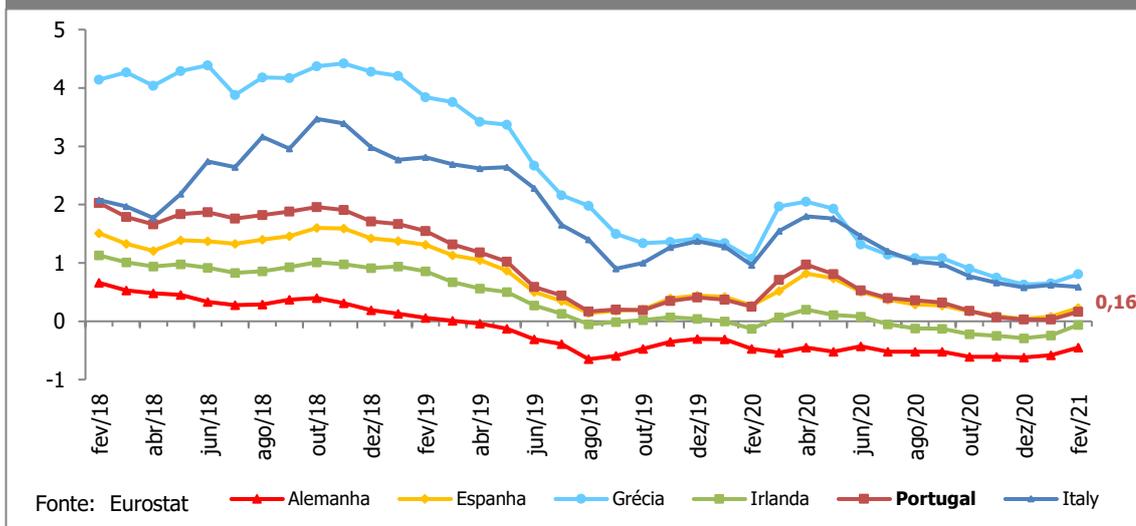
Quadro 4.1.1: Taxas de juro								
	2019	2019	3T 20	4T 20	1T 20	Jan-21	Fev-21	Mar-21
Taxas de juro (%)								
Mercado monetário								
Taxa "Refi" do BCE (fim de período)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxas Euribor (valores médios)								
3 meses	-0,356	-0,427	-0,472	-0,523	-0,542	-0,547	-0,541	-0,539
6 meses	-0,302	-0,367	-0,414	-0,507	-0,522	-0,529	-0,521	-0,516
12 meses	-0,215	-0,306	-0,351	-0,481	-0,498	-0,505	-0,501	-0,487
Dívida soberana: OT (valores médios)								
Yield PT, 10 anos (a)	0,76	0,41	0,36	0,09		0,03	0,16	
Yield Área Euro, 10 anos	0,44	0,06	0,01	-0,18		-0,18	-0,06	
Yield Alemanha, 10 anos (b)	-0,25	-0,51	-0,52	-0,61		-0,06	-0,45	
Prémio de risco de PT = (a) –(b)	1,01	0,92	0,88	0,71		0,61	0,61	
Crédito a empresas								
Novas operações até 1 M€ (exclui descobertos bancários)								
Taxa de juro média pond. em PT	2,59	2,22	2,16	2,29		2,42	1,95	
Tx. de juro média pond. na A. Euro	1,94	1,73	1,74	1,80		1,83	1,79	

Fontes: EMMI (European Money Markets Institute), BdP, BCE e Eurostat. OT = Obrigações do Tesouro; PT = Portugal; Taxa "Refi" do BCE = taxa de juro aplicável às operações principais de refinanciamento do Eurosystema.

Figura 4.1.1: Taxas Euribor a 3, 6 e 12 meses (valores médios mensais, %)

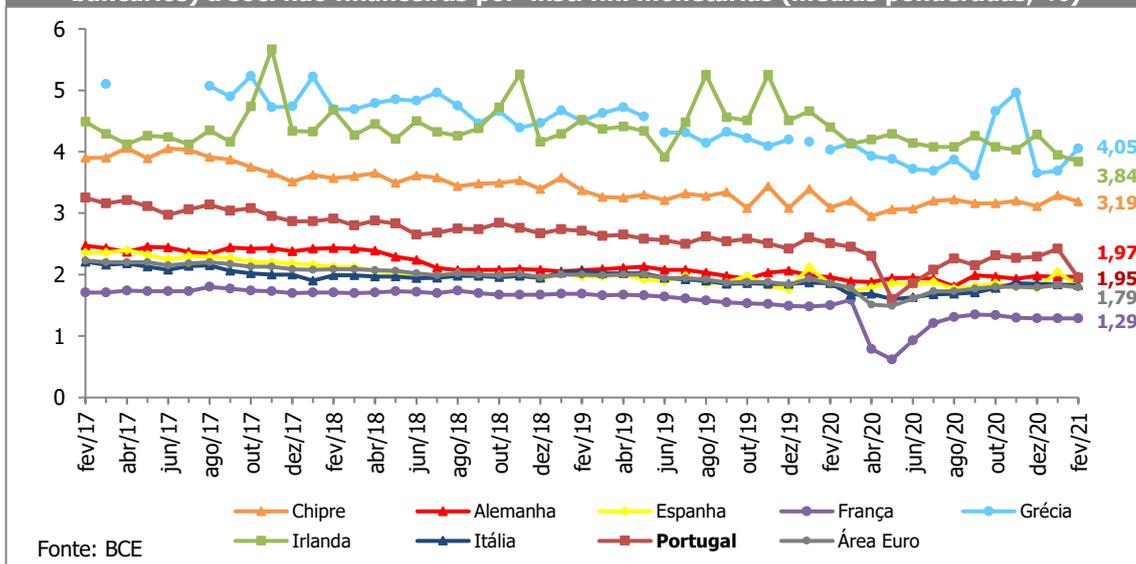


As **taxas Euribor** subiram face a mínimos no **primeiro trimestre** perante um movimento global de subida de taxas de juro (com origem, sobretudo, nos EUA), face a receios de ressurgimento da inflação na fase de recuperação e consequente retirada da política monetária expansionista.

Figura 4.1.2: *Yields* soberanas a 10 anos de alguns países da Área Euro (%)

No mercado secundário de dívida pública, a **yield soberana** de **Portugal** a 10 anos atingiu um novo mínimo anual em **2020** (0,41%), a refletir a política expansionista o BCE para contrariar a crise pandémica (com um forte alargamento da compra de títulos de dívida pública). Já em **2021**, a *yield* nacional acompanhou o movimento de subida das taxas de juro a nível global, tendo aumentado para 0,16% em **fevereiro** (após um mínimo de 0,03% nos dois meses anteriores).

Figura 4.1.3: Taxas de juro sobre novas operações (até 1 M€, excluindo descobertos bancários) a soc. não financeiras por inst. fin. monetárias (médias ponderadas, %)



A **taxa de juro a sociedades não financeiras** sobre novas operações até 1 M€ de **Portugal** reduziu-se para um mínimo anual de 1,73% em **2020** (altura em que atingiu um mínimo de 1,6%), passando da 10ª para a 11ª posição entre os 19 países da **Área Euro**. Em **2021**, após uma forte subida em **janeiro** (para 2,42%, um máximo de quase um ano), a taxa de juro recuou para 1,95% em fevereiro, um mínimo de nove meses e o 7º valor mais baixo na Área Euro.

4.2 Crédito

Segundo dados revistos, o **stock de crédito total concedido ao setor não financeiro, exceto Administrações Públicas** (empréstimos, títulos de dívida e créditos comerciais) acelerou no conjunto de **2020** (de uma taxa de variação anual, tva, de 1,0% para 1,6%), mais nos **Particulares** (de 0,7% para 1,7%: de -0,2% para 2,1% na Habitação e de 4,4% para 0,8% no Consumo e outros fins) do que nas **Sociedades não financeiras Privadas** (de 0,9% para 1,6%), que registaram uma desaceleração ao longo do **2º semestre** (de uma tva de 2,6% em junho para 2,1% em setembro e 1,6% em dezembro), movimento que se prolongou já em **janeiro** de 2021 (tva de 1,2%). Nos Particulares, pelo contrário, o 2º semestre foi de aceleração significativa, sobretudo no segmento de Habitação.

**Quadro 4.2.1: Agregados de crédito, posição em final de período
(Tva em %, salvo outra indicação)**

	2019	2020	Jun-20	Set-20	Dez-20	Jan-21		Fev-21
						Tva	Mil M€	Tva
Crédito total ao setor não financeiro residente, exceto Ad. Públicas ^(a)	1,0	1,6	1,8	1,7	1,6	1,4	402,0 ^Δ	
- Particulares e emp. nome individual ^(b)	0,7	1,7	0,4	1,0	1,7	1,6	141,4 ^Δ	
- Habitação	-0,2	2,1	0,9	1,3	2,1	2,3		
- Consumo e outros fins	4,4	0,8	0,6	0,8	0,8	-0,1		
- Sociedades não financeiras	1,1	1,6	2,7	2,2	1,6	1,3		
- Privadas	0,9	1,6	2,6	2,1	1,6	1,2	260,6 ^Δ	
- Públicas fora do perímetro das AP	6,8	1,9	4,5	7,3	1,9	3,2	7,3 ^Δ	
Empréstimos das IFM	1,0	3,7	2,2	3,5	3,7	3,8 (3,8*)	326,6*	4,2 (4,2*)
- Particulares	1,1	1,5	1,1	1,4	1,5	1,5 (1,7*)	121,0*	1,4 (1,7*)
- Habitação	0,1	2,0	0,9	1,4	2,0	2,2 (2,5*)		2,3 (2,7*)
- Consumo	8,2	0,6	4,6	2,7	0,6	-0,4 (-0,5*)		-1,6 (-1,7*)
- Outros fins	-1,4	-1,7	-4,2	-2,4	-1,7	-2,6 (-2,6*)		-2,4 (-2,5*)
- Sociedades não financeiras	1,1	10,1	6,3	8,8	10,1	10,3 (9,9*)	87,9*	11,4 (11,2*)
- Microempresas*	6,2*	14,0*	10,8*	15,6*	14,0*	14,3*		14,0*
- Pequenas empresas*	-1,1*	13,4*	8,7*	11,7*	13,4*	13,6*		15,0*
- Médias empresas*	-1,9*	6,2*	4,3*	5,8*	6,2*	5,7*		7,2*
- Grandes empresas*	-3,1*	3,8*	-3,5*	-0,8*	3,8*	5,0*		8,2*
- Sociedades privadas exportadoras*	-1,3*	8,3*	3,5*	5,8*	8,3*	8,9*		12,2*
- Administrações públicas	-6,5	-6,4	-10,6	-6,0	-6,4	-6,0 (-6,0*)	86,6* ^(c)	-6,4 (-6,4*)
- IFNM	2,3	-7,7	-3,5	-3,4	-7,7	-6,7 (-7,2*)	24,6*	-6,3 (-6,5*)

Fonte: BdP. Dados consolidados (i.e., excluem operações entre entidades do mesmo setor institucional), exceto os assinalados com ^Δ, e com ajustamento de operações de titularização e venda de carteiras, exceto os assinalados com *. Tva = Taxa de variação média anual; IFM = Instituições Financeiras monetárias (inclui o BdP e as Outras IFM, OIFM: bancos, caixas económicas e caixas de crédito agrícola e fundos de mercado monetário); IFNM = Instituições financeiras não monetárias (incluem, nomeadamente, instituições financeiras de crédito (IFIC), sociedades financeiras para aquisições a crédito (SFAC), sociedades de leasing e de factoring e sociedades de garantia mútua). ^(a) Endividamento do Setor não financeiro, excluindo as Administrações Públicas, sob a forma de empréstimos, títulos de dívida e créditos comerciais (com base nas estatísticas monetárias e financeiras, da balança de pagamentos e da posição de investimento internacional, nas contas financeiras, nas estatísticas das administrações públicas, nas estatísticas de títulos e em dados da central de balanços e da central de responsabilidades de crédito); ^(b) Neste caso, os Particulares incluem os empresários em nome individual, além das Famílias e das ISFLSF; ^(c) Administração Central.



O abrandamento do *stock* de crédito às **Sociedades não financeiras** (SNF) não teve origem na componente de **empréstimos das IFM** – Instituições Financeiras Monetárias (excluindo, por isso, o crédito das Instituições Financeiras não Monetárias, IFNM), que continuaram em aceleração no **2º semestre de 2020** (para uma tva de 10,1% em dezembro, após 8,8% em setembro, 6,3% em junho e 1,1% em 2019) e no início de **2021** (10,3% em janeiro e 11,4% em fevereiro), a refletir **maiores necessidades de crédito devido à pandemia** e o acesso às **linhas de crédito com garantia estatal**.

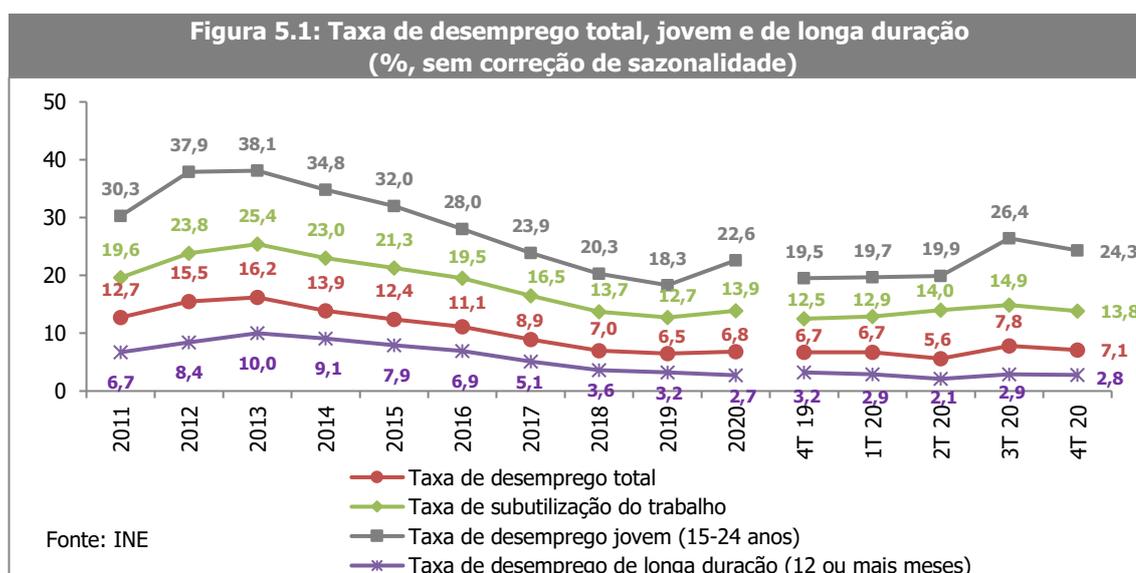
A subida dos empréstimos às SNF em 2020 (10,1%) foi maior nas **empresas de menor dimensão** (14,0% nas microempresas e 13,4% nas pequenas empresas), mais vulneráveis e com necessidades de financiamento proporcionalmente maiores, situação que prosseguiu até fevereiro de 2021. Assinala-se ainda o crescimento abaixo da média dos **empréstimos a sociedades privadas exportadoras** em 2020 (8,3% vs. 10,1% no total das SNF, após -1,3% em 2019), embora já em fevereiro a situação se tenha invertido (12,2% vs. 11,4%).

5. MERCADO DE TRABALHO

A **taxa de desemprego** situou-se em 7,1% no **4º trimestre**, o que traduz uma descida face ao trimestre anterior (7,8%, um máximo de dois anos e meio), mas uma subida em relação ao trimestre homólogo (6,7%). O aumento homólogo (não influenciado por sazonalidade) traduziu o aumento dos **desempregados** (5,9%) e a queda da **população ativa** (-1,0%), que refletiu a descida do **emprego** (-1,0%). A redução dos **ativos** teve como contrapartida uma subida homóloga de 1,4% da **população inativa**². No conjunto de **2020**, a **taxa de desemprego média** aumentou apenas ligeiramente, para 6,8% (após 6,5% em 2019). A taxa de desemprego **jovem** subiu de 18,3% para 22,6% (24,3% no 4º trimestre), enquanto a taxa de desemprego de **longa duração** recuou de 3,2% para 2,7% (2,8% no 4º trimestre).

No contexto europeu, a **taxa de desemprego harmonizada** de Portugal, divulgada pelo **Eurostat**, foi de 6,9% em 2020 (apenas ligeiramente acima da divulgada pelo INE), continuando abaixo da média da **UE** (7,1%), mas correspondeu ao 11º valor mais alto (em 27 países). A taxa de desemprego jovem (22,6%, valor igual ao do INE) foi a 6ª mais alta na UE e a de longa duração (2,3% nos números do Eurostat) a 7ª mais alta.

A **taxa de subutilização do trabalho** do INE (que inclui, além dos desempregados, o subemprego de trabalhadores a tempo parcial e os inativos à procura de emprego mas não disponíveis ou disponíveis mas não a procurar emprego), uma medida mais adaptada ao contexto da **pandemia**, subiu de 12,7% em 2019 para 13,9% em **2020**, em média anual, mas já com alguma atenuação no **4º trimestre** (para 13,8%, após 14,9% no 3º trimestre).



² O INE chama a atenção que “*peças anteriormente classificadas como desempregadas e pessoas que efetivamente perderam o seu emprego foram (corretamente, do ponto de vista estatístico) classificadas como inativas caso não tenham feito uma procura ativa de emprego, devido às restrições à mobilidade, à redução ou mesmo interrupção dos canais normais de informação sobre ofertas de trabalho em consequência do encerramento parcial ou mesmo total de uma proporção muito significativa de empresas*”.

Quadro 5.1: Inquérito trimestral ao emprego do INE

	2019	2020	4T 19	3T 20	4T 20	Tvh (%)	Tvc (%)
População ativa (10³ indivíduos)	5 252,6	5 165,1	5 260,0	5 204,0	5 232,7	-0,5	0,6
Taxa de atividade (%)	51,2	50,2	51,2	50,6	50,8		
População empregada (10³)	4 913,1	4 814,1	4 907,6	4 799,9	4 859,5	-1,0	1,2
- Por nível de qualificação							
Ensino básico: até 3º ciclo	2 133,7	1 963,1	2 111,7	1 938,1	1 924,5	-8,9	-0,7
Ensino secundário ou pós-secundário	1 405,2	1 401,0	1 422,4	1 410,9	1 392,0	-2,1	-1,3
Ensino superior	1 374,1	1 450,0	1 373,5	1 450,9	1 543,0	12,3	6,4
- Por setor							
Sector Primário	270,1	258,7	247,6	262,3	255,8	3,3	-2,5
Sector Secundário	1 212,4	1 192,6	1 213,7	1 193,6	1 212,3	-0,1	1,6
Sector Terciário	3 430,6	3 362,8	3 446,4	3 343,9	3 391,5	-1,6	1,4
Trab. por conta de outrem (10³)	4 084,8	4 010,6	4 083,1	4 006,3	4 044,8	-0,9	1,0
Com contrato de trabalho sem termo	3 235,8	3 298,1	3 251,6	3 311,8	3 334,4	2,5	0,7
Com contrato de trabalho com termo	718,8	595,7	706,6	578,0	582,8	-17,5	0,8
Outro tipo de contrato	130,2	116,8	124,8	116,5	127,6	2,2	9,5
Trabalhadores por conta própria (10³)	810,5	788,8	807,1	775,1	801,6	-0,7	3,4
População desempregada (10³)	339,5	350,9	352,4	404,1	373,2	5,9	-7,7
Ensino básico: até 3º ciclo	153,0	133,6	146,6	153,9	128,9	-12,0	-16,2
Ensino secundário ou pós-secundário	109,4	127,8	121,8	146,9	133,9	9,9	-8,9
Ensino superior	77,1	89,5	84,0	103,3	110,4	31,4	6,9
Desemp. à procura de novo emprego (10³)	301,8	315,3	306,1	372,0	327,0	6,8	-12,1
Oriundos do Sector Primário	9,5	5,6	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Oriundos do Sector Secundário	65,6	73,8	65,8	88,5	70,8	7,6	-20,0
Oriundos do Sector Terciário	203,9	223,0	211,2	266,3	238,8	13,1	-10,3
Taxa de subutilização do trabalho (%)	12,7	13,9	12,5	14,9	13,8		
Taxa de desemprego (%)	6,5	6,8	6,7	7,8	7,1		
Homens	5,8	6,5	6,0	7,6	6,9		
Mulheres	7,1	7,1	7,5	7,9	7,4		
Jovens (15-24 anos)	18,3	22,6	19,5	26,4	24,3		
Longa duração (12 ou mais meses)	3,2	2,7	3,2	2,9	2,8		
Regiões							
Norte	6,7	6,8	7,1	7,9	7,0		
Centro	4,9	5,6	5,2	5,8	5,8		
A. M. Lisboa	7,1	7,7	7,1	9,5	7,7		
Alentejo	6,9	5,9	7,3	6,2	7,4		
Algarve	7,1	8,3	6,8	8,5	9,9		
R. A. Açores	7,9	6,1	7,6	6,7	5,5		
R. A. Madeira	7,0	7,9	7,0	8,6	10,7		
População inativa (10³)	5 010,8	5 126,6	5 004,7	5 087,4	5 072,6	1,4	-0,3
Taxa de inatividade (%)	40,7	42,0	40,7	41,6	41,3		

Fonte: INE. Tvh(c)= taxa de variação homóloga (em cadeia); n.d. = não disponível.

O detalhe da **evolução homóloga** (que expurga efeitos de sazonalidade) mostra que:

- o aumento da **população desempregada** no 4º trimestre foi mais intensa no **setor terciário** e apenas ocorreu nos trabalhadores com **ensino secundário (9,9%) e superior (31,4%)**;



- a queda do **emprego**, incidindo unicamente nos **contratos com termo** (por conta de outrem) e nos **trabalhadores por conta própria**, se concentrou nos **setores terciário** e (em menor medida) **e secundário** e afetou apenas os trabalhadores **qualificações baixas e intermédias**, tendo-se registado uma forte subida nos trabalhadores com nível de **ensino superior** (12,3%), que em conjunto com acentuada subida desempregados, denota uma **grande rotação**, o que poderá ser uma consequência da **adaptação ao contexto da crise pandémica**.

Nas **regiões**, apenas o Alentejo e a R.A. Açores registaram uma diminuição da **taxa de desemprego** em **2020** (para 5,9% e 6,1%, respetivamente), registando os menores valores nível nacional, a seguir ao Centro (5,6%). O valor mais alto ocorreu no Algarve (8,3%), seguido de perto pela R.A. Madeira (7,9%). Foram precisamente estas duas regiões que tiveram a pior evolução (tanto em cadeia como homóloga) no **4º trimestre**, tendo a Madeira passado a apresentar o maior valor trimestral a nível nacional (10,7%), seguido do Algarve (9,9%), ultrapassando ambas a A.M. Lisboa, que registara o máximo nacional no trimestre anterior.

Quanto a **informação mais recente**, destacam-se as [Estimativas Mensais do Mercado de Trabalho do INE relativas a fevereiro](#), em particular os seguintes resultados provisórios:

- A **população empregada** população empregada aumentou 0,2% em relação ao mês anterior e diminuiu 0,6% em relação a três meses antes e 1,7% relativamente ao mesmo mês de 2020
- A **população desempregada** população desempregada diminuiu 0,3% em relação a janeiro de 2021 e 5,8% relativamente a três meses antes (novembro de 2020), tendo aumentado 3,8% por comparação com fevereiro de 2020.
- A **taxa de desemprego** (conceito OIT) situou-se em 6,9%, o mesmo valor que no mês precedente, menos 0,3 p.p. que três meses antes e mais 0,4 p.p. que no mês homólogo de 2020.
- A **taxa de subutilização de trabalho** situou-se em 13,8%, mais 0,1 p.p. que no mês anterior (e mais 0,2 p.p. que dois meses antes), menos 1,0 p.p. que três meses antes e mais 1,2 p.p. que um ano antes.

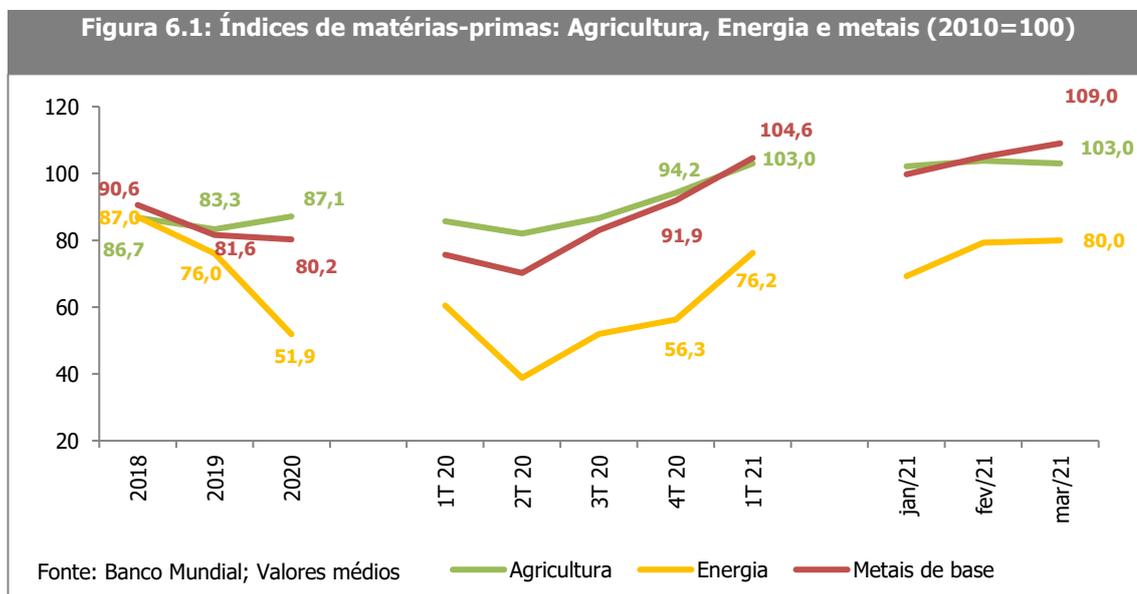
O **novo confinamento geral que começou em janeiro** terá influenciado a subida, ainda que ligeira, da taxa de subutilização do trabalho em janeiro e fevereiro.

6. CUSTOS DAS MATÉRIAS-PRIMAS

Segundo dados do Banco Mundial, no **1º trimestre** prosseguiu a subida em cadeia dos **índices de preços das matérias-primas**, a refletir a perspetiva de recuperação económica.

O **índice de energia** foi o que se mais valorizou (variação trimestral de 35,3%), a refletir a subida do barril de **brent** (15,4%, situando-se em 60,6 dólares em **março**), tendo-se verificado subidas mais acentuadas no índice de **gás natural** (33,8%) e no **carvão** (30,4% no caso do carvão australiano). Seguiu-se a subida de 13,8% no índice de **metais de base** e de 9,3% no índice da **agricultura**, para a qual contribuiu a progressão da cotação do **algodão** (16,2%, situando-se em 2,0 dólares por kg no mês de março).

Figura 6.1: Índices de matérias-primas: Agricultura, Energia e metais (2010=100)



7. CUSTOS DA ENERGIA

7.1 Combustíveis

Segundo dados revistos da DGEG (Direção-geral de Energia e Geologia), em **2020** registou-se uma queda significativa dos **preços médios do gasóleo** em **Portugal** devido à redução de procura provocada pela crise pandémica, em contraste com as subidas dos anos anteriores.

A queda dos preços **antes de impostos** foi ligeiramente superior à da **UE** (-27,7% vs. -26,3%), mas a descida do **preço final** foi significativamente inferior (-8,4% vs. -11,1%), a refletir um aumento substancialmente mais forte do **peso da tributação** (de 49,9% para 60,5%, enquanto na UE passou de 50,2% para 58,7%).

Na comparação com **Espanha**, é precisamente o peso da tributação mais elevado (60,5% vs. 52,7%) que explica um preço final mais elevado em Portugal (1,220 €/litro na média de 2020 face a 1,073 em Espanha), já que o preço antes de impostos foi inferior (0,482 vs. 0,508 €/litro).

Já em **2021**, os dados do **1º trimestre** mostraram uma queda homóloga mais reduzida do que no conjunto de 2020 (-6,7% antes de impostos e -2,3% após impostos), tendo-se já registado um crescimento homólogo em **março** (12,0% antes de impostos e 6,2% após impostos, para 1,362) devido à comparação com um período de 2020 em que os preços tinham caído muito.

Quadro 7.3.1: Preço do gasóleo rodoviário em Portugal e na UE (€/litro)

	2019	2020	1T 21	Mar-20
Preço sem impostos*				
Portugal	0,667	0,482	0,559	0,594
Tvh (%)	6,8	-27,7	-6,7	12,0
Ranking na UE (28)	6º	15º		
UE (28)	0,650	0,479		
Tvh (%)	7,1	-26,3		
Preço de venda final*				
Portugal	1,331	1,220	1,319	1,362
Tvh (%)	-1,2	-8,4	-2,3	6,2
Ranking na UE (28)	9º	9º		
UE (28)	1,306	1,160		
Tvh (%)	-2,5	-11,1		
Peso da tributação (%)				
Portugal	49,9	60,5		
UE (28)	50,2	58,7		

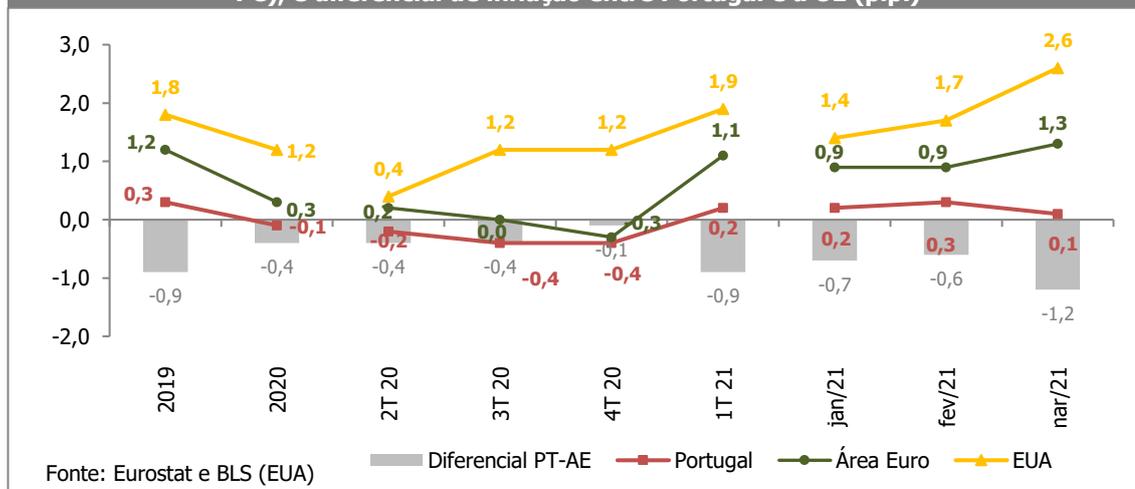
Fonte: DGEG (Direção-geral de Energia e Geologia). Nota: a tributação inclui o IVA (dedutível) e o ISP, do qual estão isentas as instalações abrangidas pelo CELE (Comércio Europeu de Licenças de Emissão) e as empresas abrangidas pelos ARCE (Acordos de Racionalização de Consumos Energéticos) – nº 2 do artº 89 do CIEC (Código dos Impostos Especiais sobre o Consumo). * Preços do gasóleo simples.

8. INFLAÇÃO, CÂMBIOS E COMPETITIVIDADE PELOS CUSTOS

8.1 Inflação e câmbios

A taxa de inflação homóloga de **Portugal** (medida pelo IHPC) regressou a um valor positivo no **1º trimestre** (0,2%; 0,1% em março), tendo-se observado um diferencial mais negativo face à **Área Euro**, onde a inflação subiu para 1,1% (1,3% em março). Nos **EUA**, a inflação situou-se num nível ainda mais elevado (1,9% no 1º trimestre e 2,6% em março).

Figura 8.1.1: Taxas de inflação homólogas (%) de Portugal, UE (IHPC) e EUA (IPC), e diferencial de inflação entre Portugal e a UE (p.p.)



A cotação média do **euro face ao dólar** apreciou-se no 1º trimestre (1,1% em cadeia e 9,7% em termos homólogos), embora com um recuo mensal em **março** (-1,6%, para 1,1899).

Figura 8.1.2: Taxa de câmbio euro/dólar (média mensal)

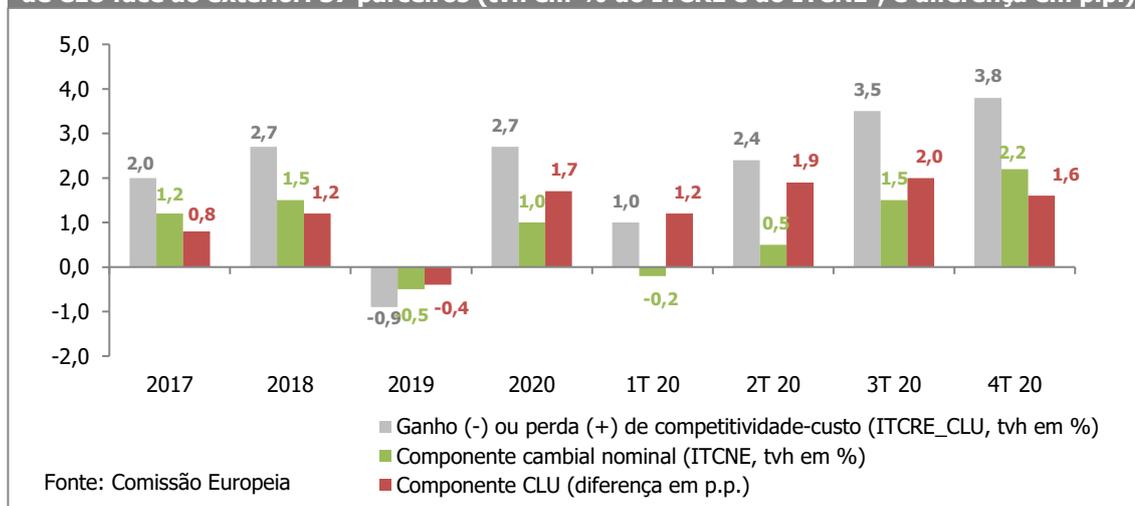


8.2 Competitividade pelos custos laborais

O indicador de **competitividade-custo** da economia nacional face aos 37 principais parceiros piorou 2,7% em **2020** (apreciação do índice de taxa de câmbio real efetiva, ITCRE) – interrompida por uma ligeira melhoria de 0,9% em 2019 – a refletir a apreciação **nominal do euro** (1,0%) e, sobretudo, o aumento dos **custos laborais unitários relativos (CLU)** face aos 37 parceiros (cerca de 1,7%).

Em termos de **evolução intra-anual**, a deterioração homóloga do indicador de competitividade foi-se intensificando ao longo do ano, atingindo 3,8% no **4º trimestre**.

Figura 8.2.1: Evolução da competitividade-custo e das componentes cambial e de diferencial de CLU face ao exterior: 37 parceiros (tvh em % do ITCRE e do ITCNE³, e diferença em p.p.)



³ ITCRE é o índice de taxa de câmbio real efetiva, medido com o deflator custos laborais unitários, CLU, face a 37 parceiros comerciais. ITCNE é o índice de taxa de câmbio nominal efetiva, medido também face a 37 parceiros.

9. AJUSTAMENTO DA ECONOMIA PORTUGUESA

9.1 Equilíbrio externo

Segundo dados revistos, o **excedente da balança corrente e de capital** (saldo externo) reduziu-se significativamente em **2020** (-90,1%, para 0,3 mil M€, ou 0,1% do PIB, após 1,2% em 2019) devido à evolução desfavorável da **Balança Corrente**, que depois de sete anos de excedente retomou um saldo negativo (-2,4 mil M€, ou -1,2% do PIB, após 0,4% em 2019), a refletir a acentuada redução do excedente de **serviços** (-51,8%, para 8,6 mil M€, com forte contributo negativo da componente de **turismo**, como referido na secção de comércio internacional), atenuada pela redução do défice das balanças de **bens** (25,2%, para 12,2 mil M€) e de **rendimentos primários** (-40,8%, para 3 mil M€), tendo a balança de **rendimentos secundários** registado uma diminuição marginal do saldo positivo (-3,5%, para 4,2 mil M€).

A **balança de bens e serviços** registou, assim, um saldo negativo (-3,6 mil M€, ou -1,8% do PIB, após 0,7% em 2019), pela primeira vez desde 2011.

A deterioração do saldo externo só não foi maior porque o excedente da **Balança de Capital** aumentou de forma expressiva (48,7%, para 2,6 mil M€, ou 1,3% do PIB, após 0,8% em 2019).

Quadro 9.1.1: Balanças corrente e de capital (M€)

	2017	2018	2019	2020	Var. hom.	Var. abs.
Balança Corrente	2 537	1 137	821	-2 377	s.s.	-3 198
Balança de bens e serviços	2871	1849	1559	-3583	s.s.	-5 142
Bens	-13 309	-15 642	-16 287	-12 186	-25,2%	4 100
Serviços	16 179	17 491	17 845	8 603	-51,8%	-9 242
Rendimentos primários	-4 496	-4 871	-5 130	-3 034	-40,8%	2 095
Rendimentos secundários	4 162	4 160	4 392	4 240	-3,5%	-152
Balança de Capital	1 676	2 038	1 771	2 633	48,7%	863
Balanças corrente e de capital	4 213	3 175	2 591	256	-90,1%	-2 336

Fonte: BdP. M€= milhões de euros; s.s.=sem significado.

A **posição de investimento internacional**⁴ em percentagem do PIB, após vários anos de melhoria, deteriorou-se de forma significativa em **2020** (para -105,5% no final do ano, que compara com -100,8% no final de 2019). Em termos de evolução intra-anual, a deterioração mais forte ocorreu no **4º trimestre** (-105,5% após -102,3% no trimestre anterior, correspondendo a valores em fim de período).

⁴ A posição de investimento internacional (posição externa líquida) é dada pela diferença entre os ativos e os passivos sobre o exterior, sendo um conceito mais abrangente que o da dívida externa líquida.

9.3 Endividamento

O rácio no PIB da **dívida bruta não consolidada do setor não financeiro** aumentou para 367,9% do PIB no final de **2020** (335,8% em 2019), o valor mais alto desde 2016, após sete anos consecutivos de descida. O aumento em 2020 foi mais forte no **Setor Público não financeiro** (de 187,3% para 198,9% do PIB), seguido das **Empresas privadas** (de 122,3% para 129,2% do PIB) e dos **Particulares** (de 65,0% para 69,7% do PIB). Nas Empresas privadas, a variação do rácio de endividamento no PIB foi maior quanto menor a **dimensão** – significando que as **Microempresas** tiveram a maior subida, com o rácio a subir de 31,1% para 35,4% –, sendo que apenas as **Grandes empresas** registaram uma redução (de 37,5% para 35,8%).

Quadro 9.2.1: Rácios de dívida bruta não consolidada no setor não financeiro (% do PIB)

	Dez-16	Dez-17	Dez-18	Dez-19	Dez-20
1. Setor Público não Financeiro	165,5	159,9	153,5	148,4	169,0
2. Setor Privado não Financeiro	213,5	206,1	196,3	187,3	198,9
2.1 Empresas privadas	139,0	135,1	128,6	122,3	129,2
Microempresas (344 mil)	35,3	33,1	32,7	31,1	35,4
Pequenas empresas (34 mil)	23,1	23,3	21,6	20,6	22,5
Médias empresas (6 mil)	25,8	24,7	25,1	24,0	25,6
Grandes empresas (1 milhar)	43,5	44,0	39,8	37,5	35,8
Sedes sociais	11,3	9,9	9,4	9,2	9,9
2.2 Particulares	74,5	71,0	67,7	65,0	69,7
3. Setor não financeiro= 1+2	378,9	366,0	349,8	335,8	367,9

Fonte: BdP. Valores (em final de período) de dívida não consolidada, i.e., incluindo as dívidas entre setores.

9.3 Contas públicas

No dia 25/3, o INE [divulgou](#), no âmbito do **Procedimento por Défices Excessivos**, um **défi ce público** de 5,7% do PIB em **2020** – o mais alto desde a altura da *troika* –, levando o **rácio da dívida** a um máximo de 133,6% do PIB.

Os dados mais detalhados das contas públicas na ótica das contas nacionais foram divulgados pelo INE nos [Principais Agregados da Administrações Públicas](#), permitindo perceber que a deterioração do saldo orçamental resultou de uma subida de 7,8% da **despesa** e um decréscimo de -5,0% na **receita**.

No dia 15/4, o Governo apresentou o [Programa de Estabilidade de 2021-2025](#), no qual as **contas públicas registam uma melhoria gradual ao longo do horizonte de projeção**. O **défi ce orçamental** reduz-se para 4,5% em 2021, 3,2% em 2022, 2,2% em 2023 (já abaixo do limite europeu de 3%), 1,6% em 2024 e 1,1% em 2025.

Refletindo as projeções do **défi ce público** e do PIB, o **rácio da dívida** diminui para 128,0% em 2021, 123,0% em 2022, 120,7% em 2023, 117,1% em 2024 e 114,3% em 2025.



No que se refere aos **valores mais recentes das contas públicas**, destaca-se:

- Nos **dados trimestrais** (informação do BdP), em **contabilidade nacional**, a subida do **rácio de dívida pública bruta** no PIB de 130,5% no final do **3º trimestre** para 135,6% no final do **4º trimestre** de **2020**.

- Nos dados mensais acumulados (da DGO), em **Contabilidade Pública**, o **défice** de 1,2 mil M€ de **janeiro a fevereiro** de **2021** nas **administrações públicas**, que corresponde a uma forte deterioração face ao excedente de 1,3 mil M€ observado no período homólogo, a refletir um aumento de 5,8% da **despesa** (7,6% na despesa corrente primária, -3,9% nos juros e -1,7% nas despesas de capital, embora com um aumento de 8,6% na componente de investimento) e uma diminuição de -11,8% na **receita** (-16,8% nas receitas fiscais).